FLAMARION BARRETO LIMA

Gen R/1

FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

5ª Edição

1983

SUMÁRIO

A presente publicação foi mandada imprimir pela ESCOLA DE COMANDO DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, para distribuição aos alunos do CURSO DE PREPARAÇÃO.

Este livro foi revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa obrigatória a partir de 2016 conforme acordo assinado em 1990 entre países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Este livro foi trasncrito do original em 17/07/2019 por Saulo Barreto Lima.

I - O MEIO FÍSICO

1. ESTUDO DO ESPAÇO

a. Aspectos fisiográficos

O território brasileiro, apesar de sua imensidão, se comporta como uma unidade geográfica do tipo misto, solidamente assentada sobre o planalto central, oferecendo boas condições de circulação interna, de produção variada podendo servir de suporte físico à organização de uma grande Nação.

A diversidade de climas no Brasil criava, bem contrário da impossibilidade de desenvolvimento de uma civilização de alto nível, possibilidades inumeráveis de gêneros de vida diversos, ciclos de trabalhos complementares que, bem aproveitados, poderiam constituir-se, como de fato estão hoje se constituindo, em fatores de diversificação da produção e de melhor rendimento do esforço humano, esteios de forte e poderosa Nação. Poderiam tambem contribuir para diversificar os tipos humanos e sociais, como o marítimo, o montanhês, o florestal, o nômade das grandes planícies, ensejando o aparecimento de diferentes grupos sociais, com cultura, gênero de vida e aspirações políticas diferentes,

A vegetação poderia propiciar atividades econômicas diversas, desde o extrativismo nas florestas amazônicas e atlântica e em área do sertão, à criação de gado nos cerrados do planalto central e nos campos do sul. A floresta amazônica, pela continuidade, densidade, exuberância, bem como a mata atlântica, dificultavam a circulação, mormente a primeira, em que o movimento só era possível ao longo dos rios.

As áreas florestais dificultavam a ocupação, principalmente a amazônica e poderiam funcionar como elementos separadores de núcleos humanos.

Ao primeiro exame, o litoral brasileiro não parece favorecer muito as ligações do interior com o mar, dada sua relativa pobreza de articulação. Mas se atentarmos para a feição longilínea do espaço continental, na maior riqueza de articulação, justamente na área onde o relevo continental se debruça sobre o mar, opondo uma barreira à sua influência sobre o interior e na existência de grandes rios, nascendo nessa região e correndo, ora paralelamente a oeste, ora para o interior, compreenderemos a importância do mar como elemento aglutinador dessas estradas líquidas, que conduziam a todas as regiões que constituem o espaço continental do Brasil.

A rede fluvial brasileira, apesar de constituida por uma infinidade de cursos d'água, reflete de maneira sensível as características do relevo e da estrutura geológica do espaço brasileiro, com predominância dos rios de planalto, de curso rápido e acidentado. As três principais bacias hidrográficas, tendo suas principais nascentes no centro mesmo do planalto brasileiro e muito aproximadas umas das outras, comunicando-as às vozes por meio de varadouros, revestem-se de grande forca unificadora, em face das atrações divergentes do vale do Amazonas e do estuário do Prata. Essa força de coesão e fortalecida pela direção convergente dos afluentes dos rios principais, cobrindo, com uma densa trama de vias navegáveis, o espaço entre eles.

A disposição da rede hidrográfica brasileira facilitava a penetração para o interior do Brasil e seu completo devassamento, dada a imprecisão dos limites orográficos das diferentes bacias. Na região sudeste, melhor articulada com o mar e servida por clima mais benigno, galgado o paredão marítimo ou vencidos os acidentes que cortam os cursos dos rios, tinha o desbravador à sua disposição uma série de caminhos fluviais, dirigindo-se pata o interior, que lhe permitiam atingir o centro mesmo do continente e daí irradiar-se, passando de uma a outra bacia para os quatro pontos cardiais. Na região do nordeste, os rios abrem seus vales amplos em direções diversas conduzindo para o interior.

b. Apreciação

Concluindo a apreciação do espaço brasileiro, relacionada com a influência que exerceu na formação do Brasil, diremos que:

- O território brasileiro, apesar de sua imensidão, se comporta como uma unidade geográfica do tipo misto, solidamente assentada sobre o planalto central, oferecendo boas condições de circulação interna, de produção variada, podendo servir de suporte físico à organização de uma grande nação.

- Grandes rios, quase interligados nas suas nascentes, desenvolvendo-se uns na direção geral dos meridianos; outros dos paralelos, reforçam a força unificadora resultante do relevo e constituiram-se, na época, nos elementos naturais de penetrabilidade da massa continental.

- A extensão de suas costas atlânticas, permitindo contatos fáceis com todas as regiões costeiras, contribui para atenuar a força dissociadora da calha amazonense e a atração do estuário do Prata. De Vitória ao Golfão de São Luís, quando as terras comecam a sofrer influência do trópico, a convexidade da linha litorânea mais se aproxima dos grandes feixes de circulação transoceânica; nenhum obstáculo detem as influências marítimas que penetram facilmente pelo interior, amenizando o clima e vinculando-o à vida atlântica. Corrigindo a feição excêntrica da corrente do Amazonas e atenuando a

ação dissociadora, que poderia provocar a influência do mar, penetra livremente pelo amplo vale e ganhando seus afluentes meridionais, chega ao rio Paraguai, criando como que uma costa fluvial interior, que envolve o planalto brasileiro, onde assenta a unidade geográfica do Brasil. Essas circunstâncias fazem do Brasil um país predominantemente marítimo, apesar de seu grande espaço continental. Por outro lado, a força-unificadora do mar, estreitamente ligada à dos rios interiores, atenua os elementos dissociadores, sem anulá-los, imprimindo ao espaço brasileiro uma diversidade de características geográficas que teriam influência sobre as culturas, organização social e aspirações políticas das populações que ali se estabelecessem.

- A benignidade do clima nas regiões meridionais, a orientação geográfica do cordão montanhoso do litoral, a riqueza do solo dessa área e sua articulação com o mar favoreciam a vida humana, possibilitando as populações que ali se estabelecessem influenciarem fortemente a vida brasileira.

2. ESTUDO DA POSIÇÃO

Em relação às águas oceânicas e as potências colonizadoras, as terras brasileiras encontravam-se no interior do ângulo formado pelas duas rotas oceânicas, recém-abertas ao tráfego de todas as bandeiras: o caminho das índias, bordejando a costa da África, percorrido por Vasco da Gama em 1498 e o das Índias Ocidentais, descoberto por Colombo em 1492. Em ambas as rotas, uma ligeira mudança de rumo para oeste, no primeiro caso, e sudeste, no segundo, levaria as embarcações ao promontório nordestino, que avançava mar a dentro, ao encontro do saliente africano, tendo de permeio a ilha de Fernando de Noronha. Pode dizer-se, então, que o Nordeste do Brasil, sendo um ponto facilmente acessível às embarcações vindas da Europa em missões comerciais, colonizadoras, de corso e conquista, tinha possibilidades de se desenvolver mais rapidamente, do que outras regiões da Colônia e de se transformar em objetivo militar de potências inimigas de Portugal. No que se refere à posição continental, o Brasil estava cercado por terras pertencentes à Coroa de Castela, cujos focos colonizadores principais desenvolver-se-iam no Caribe, no Peru e em Assunção e Buenos Aires. Seus núcleos humanos, plantados no litoral atlântico, separavam-se dos núcleos do Caribe e do Pacífico por uma faixa de terras coberta por uma luxuriante floresta tropical através da qual a circulação só podia fazer por rios ainda mal conhecidos. Infere-se, portanto, serem mínimas as possibilidades de choque das duas correntes colonizadoras.

Quanto a Assunção e Buenos Aires, a situação era outra. A posição do estuário do Prata, que reunia águas de rios que penetravam profundamente o continente, quase atingindo a orla atlântica, propiciava a expansão dos núcleos portugueses, fixados no litoral em busca da foz dos grandes rios, cujos cursos superiores dominassem. Era pois de prever, inicialmente, choque entre as duas correntes no interior do continente e, depois, nas próprias margens do Prata, buscando dominar esse estuário.

3. ESTUDO DA CIRCULAÇÃO

a. Circulação interna

Foi fortemente condicionada pelas vias de transporte fluviais, os meios de-transportes utilizados na época e pela técnica assimilada aos indígenas.

Favoreceram-na a suavidade do relevo, que não oferecia elementos separadores de vulto e a direção dos cursos de rios caudalosos, com grandes extensões navegáveis.

Ao norte, onde a floresta equatorial constituía poderoso e contínuo obstáculo ao movimento, abria-se a via fluvial do Amazonas, larga, profunda, estável, com excelente caminho líquido, ligando o Atlântico ao sopé dos Andes. Densa rede de afluentes, extensamente navegáveis, de furos, igarapés, ampliava para o norte e o sul a influência circulatória da via principal, ligando-se ao Orenoco ao norte, ao São Francisco, a sudoeste, e ao Paraguai, ao sul. Essa densa rede de rios navegáveis condiciona o estabelecimento do povoamento e constitui a trama circulatória, que possibilitou o desbravamento, a conquista e a ocupação dessa grande área e contribuiu para sua integração ao restante do território colonial.

No nordeste e este, os rios, em parte temporários, constituiram-se em vias naturais de penetração, graças à feição tabular do relevo e pequeno porte da vegetação. Onde a floresta atlântica podia impedir o movimento, os rios eram perenes e sem obstáculos que lhes interrompessem o curso, exceção feita ao São Francisco, cortado no seu curso inferior pela cachoeira de Paulo Afonso.

A sudoeste, onde a Serra do Mar dobrada em alguns trechos por outras que lhe eram paralelas, aliada à exuberância da floresta tropical, constituía sério obstáculo à penetração para o interior, as abertas do paredão orográfico, em concordância com as nascentes de extensos rios navegáveis, muito contribuiram para atenuar o efeito separador da orografia. Galgada a barreira orográfica costeira, a corrente dos rios, embora precariamente navegáveis, permitia a penetração do interior. E lá no centro mesmo do continente, os afluentes da margem sul do Amazonas, da margem leste do Paraguai, das margens oeste do Paraná e do São Francisco, convergindo e quase se interligando em suas nascentes, criavam, no grande espaço triangular, formado pelos rios principais, uma densa rede de rios navegáveis, com amplas possibilidades de aproveitamento nas mais diferentes direções. Esse fato geográfico criou no centro do continente uma imensa área de trânsito, abrindo amplas possibilidades de movimento em todas as direções.

Por outro lado, a indefinição do divisor entre os formadores do Guaporé e do Paraguai facilitou, sobremodo, a passagem da bacia platina para a amazônica, criando uma costa fluvial interior, que punha em ligação as duas grandes articulações do litoral atlântico os estuários do Amazonas e do Prata. O planalto central brasileiro tão profundamente erodido e indentado pelos rios que dele desciam, de nascentes muito próximas das outras, passou a funcionar como uma imensa e recortada ilha de feição continental, facilmente acessível das mais diversas direções.

São Paulo de Piratininga e Salvador seriam os dois grandes terminais do sistema circulatório do Brasil colonial. Do primeiro, seguindo a direção este-oeste seriam atingidos os primeiros degraus da cordilheira andina; infletindo depois para o sul chegar-se-ia facilmente ao estuário do Prata ou à grande placa giratória central, que permitia prosseguir nas mais diferentes direções; desviando-se para o norte, atingir-se-ia de novo os Andes ou aproveitando o Orinoco retornar-se-ia ao Atlântico. Partindo do segundo, na direção norte, o São Francisco seria atingido e por seus afluentes demandar-se-ia os afluentes da margem sul do Amazonas ou vários pontos da costa. Seguindo a direção oeste, a placa giratória central seria alcancada e de lá poder-se-ia prosseguir nas mais diferentes direções.

A circulação interna no Brasil colonial, condicionada fortemente pelos meios de transporte da época, que os indígenas ensinaram a utilizar, foi amplamente facilitada pela rede fluvial da área que a suavidade e forma de relevo permitiu aproveitar numa escala compatível com a imensidão do espaco a percorrer e ligar, e dos reduzidos transportes a realizar.

b. Circulação externa

Foi fortemente condicionada pela navegação a vela e pelo saliente nordestino, que pronunciou a orientalidade da América do Sul, em relação à do Norte.

As condicionantes físicas mais importantes da circulação externa no Período Colonial foram:

- rotas fáceis de retorno, embora mais demoradas na mesma direção;
- rotas dos alíseos do NE, correntes equatoriais do norte do Brasil, facilitando a ligação direta dos portos portugueses aos do Brasil;
- circulação mais ativa das correntes da metade ocidental do Atlântico;
- sistema circulatório correspondente aos ventos e correntes do Atlântico Sul, constituído pela corrente equatorial do sul, ventos dominantes do sudoeste, alíseos de sudeste e corrente de Bengala;
- sentido oposto da corrente das Guianas e da corrente do Brasil.

Em conclusão poder-se-á dizer que a circulação externa:

- Facilitava as ligações com a Metrópole, particularmente na área nordestina;
- Facilitava as ligações com Angola e Guiné, propiciando a introdução do negro no Brasil e o intenso intercâmbio comercial que o Brasil manteve com essa área nos seculos XVII e XVIII;
- Tornava mais fáceis as ligações de São Luís e Belém com Lisboa, do que com Recife ou São Salvador, contribuindo para uma maior aproximação dessas áreas com a sede do reino, do que com a sede do Governo Colonial. Isso influiria na divisão do Brasil em dois governos e na maior influência da Metrópole nessas áreas, do que o centro do poder colonial;
- Facilitava os movimentos de armadas europeias inimigas, tornando as costas entre o Rio de Janeiro e Recife muito acessíveis, particularmente as da primeira área;
- A circulação periférica, sendo fácil na costa oeste, era difícil ou quase impossível, na costa este-oeste, na direção NW - SE. Isso tornaria difícil a integração dessa área costeira na unidade brasileira, uma vez que era mais solicitada pelos feixes de circulação do Atlântico norte, do que pelos do sul.

4. CONCLUSÕES GERAIS

O Brasil constituiria uma unidade geográfica do tipo misto, solidamente assentada no planalto central, a que se vinculam também suas bacias hidrográficas, com nascentes próximas uma das outras. Tinha possibilidades de se constituir em território de uma grande nação.

O espaço continental, amplamente estendido no trópico úmido, constituído equilibradamente de planícies aluvionais e planaltos de altitude média, oferecia amplas possibilidades de gêneros e formas de vida os mais diversos.

A orografia, despojada de fortes elementos separadores; a hidrografia de forma insulante e servida por inúmeros enlaces; o litoral extenso, indentado em articulaces profundas, onde a acessibilidade do litoral era menor, eram elementos atenuantes das distâncias descomunais, da diversidade das regiões naturais, da ação isolante das áreas florestais.

A região sul se prestava melhor do que a central norte ao estabelecimento de grandes efetivos demográficos, mas todo a território era potencialmente habitável. A posição e os elementos da circulação, que serviam a região nordeste, atrairam o povoamento, mais do que na área sul, muito trabalhada pelas influências vindas do Prata e afastada dos feixes de navegação da época.

A região nordestina e norte, nesta ordem, tinha maiores possibilidades, em consequência da posição e da circulação, de atrair o povoamento, atividades comerciais, as agressões militares, do que a do sul.

A região sul estaria, entretanto, mais sujeita aos choques com as populações vizinhas, do que as do norte, delas

separadas pela floresta tropical e pelas interrupções dos rios navegáveis que desciam dos Andes.

A pequena fertilidade dos solos tropicais, decorrente de sua pobreza em humus, da constância das altas temperaturas e do ativo trabalho de erosão, aliada à floresta tropical dominante nessa àrea, dificultariam sua ocupação e condicionariam a predominância da atividade extrativa, como forma econômica de sua exploração. Ao contrário, a fertilidade das terras vulcânicas do extremo sul, casada à suavidade do clima e nenhuma agressividade da flora, condicionariam o predomínio das atividades agropastoris na economia dessa área.

II CONQUISTA E COLONIZACAO

1. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO DESCOBRIMENTO

Há no episódio histórico do descobrimento do Brasil alguns fatos interessantes a considerar.

a. Prioridade no descobrimento

Discutem-na franceses, espanhóis e portugueses.

Alegam os franceses que Jean Cousin, de Dieppe, esteve no Brasil em 1480. Não há, entretanto, documento algum que prove essa afirmação.

Os espanhóis apresentam, com fundamento histórico, as seguintes expedições: em junho de 1499, Alonso Ojeda, Juan de la Cosa e AméricoVespúcio aportaram no delta do Rio Açu, no Rio Grande do, Norte; em janeiro de 1500, Vicente Yánez Pinzôn, fundeou junto de um cabo que denominou Santa Maria de la Consolación, que Varnhagem identificou como sendo a Ponta do Mucuripe no Ceará; em fevereiro de 1500, Diego de Leppe esteve no Ceará e reconheceu a costa até o Cabo de Santo Agostinho.

Os portugueses apresentam relato de uma viagem realizada por Duarte Pacheco Pereira, em 1498, publicada no seu livro “Esmeraldo de Situs Orbis”.

Parece, pois, caber de fato, aos portugueses a prioridade no descobrimento do Brasil.

b. Casualidade, Propósito, Intenção

A tese de casualidade, aventada por Goncalves Dias, não encontrou apoio nos fatos. Na longitude em que Cabral ultrapassou o Equador não se registravam mais calmarias; não há referência nos documentos que assinalaram o descobrimento à tempestade ou influência de correntes marítimas.

O propósito está invalidado pelo simples fato de Cabral não se destinar ao Brasil e sim às Índias.

A tese de intencionalidade é a que mais se ajusta às circunstâncias históricas e à crítica dos documentos. Desde 1451, o Brasil figurava nas cartas geográficas, representado por minúscula ilha (S. Brandão e Brasil), situada, ora próximo à Irlanda ora em pleno oceano. O texto da carta do Mestre João ao Rei D. Manoel dizendo-lhe “querendo ver o sítio da nova terra basta ver a carta que tem aí Pero Vaz, o Bisegado”, e o protesto imediato de Portugal, reivindicando a posse da terra descoberta por Colombo, mantendo, contra as disposições da “Bulla Inter Coetera” (1493), demonstra que os portugueses desejavam assegurar-se da posse da ilha que já conheciam, pelo menos, por notícias de navegadores que a avistaram.

2. PERIODIZAÇÃO

a. De 1500 a 1532 - Reconhecimentos gerais

Em 1501, Gaspar de Lemos (ou André Gonçalves?), percorreu a costa do cabo Santo Agostinho ao de Santa Maria (para alguns foi até o Rio da Prata) reconhecendo e dando nomes aos acidentes geográficos mais notáveis. Segundo Roberto Simonsen voltou a Lisboa com um carregamento de pau-brasil. Em consequência, em 1502 se fez o primeiro arrendamento de pau-brasil entre a Coroa e particulares.

Em 1503, realizou-se outra expedição sob as ordens de Gonçalo Coelho de Noronha e Americo Vespúcio. Visitaram a Iha de Fernando de Noronha, a Bahia e o Rio de Janeiro e fundaram as feitorias em Cabo Frio e no Rio de Janeiro.

Em 1513, Cristóvão Haro e Nuno Manuel estiveram no Prata.

Em 1516, realizou-se a primeira expedição guarda-costa sob o comando de Cristóvão Jaques. Combateu os piratas franceses entre Pernambuco e Bahia e fundou a feitoria de Itamaracá.

Em 1526, verificou-se outra expedição guarda-costa, ainda sob o comando de Cristóvão Jaques. Reorganizou a feitoria de Itamaracá, que foi escolhida para base de suas operações e sede da administração colonial.

Em 1530, organizou-se a expedição de Martin Atonso de Souza, tendo como finalidade reconhecer e explorar a costa, inclusive a do litoral leste-oeste; policiar o litoral e combater a pirataria francesa; fundar uma ou mais povoações estáveis. Chegou a Pernambuco em janeiro de 1531 e mandou Diogo Leite reconhecer a costa leste-oeste, tendo chegado até

o Gurupi. Martin Afonso prosseguiu para o sul, fundou feitoria no Rio de Janeiro e atingiu o Chuí, onde foi colhido por uma tempestade. Depois de reorganizar sua Esquadra, mandou que Pedro Lopes de Souza fosse até o Rio da Prata e dirigiu-se a São Vicente, onde fundou a povoação desse nome. Em 1532, recebeu aviso do Rei de que pretendia dividir a Colônia em Capitanias Hereditárias, podendo escolher as porções que desejasse para si e seu irmão.

Nesse período, os portugueses limitaram-se a reconhecer a nova terra e marcá-la com os sinais de seu domínio político, fundando as primeiras feitorias e uma povoação estável a de São Vicente. A exploração do pau-brasil levou-os a conceder arrendamentos a particulares, entre os quais se sobressaiu Fernão de Noronha. A necessidade de combater os franceses, aliada ao decréscimo de comércio com as Índias e as dificuldades financeiras do Reino, levá-los-ão a pensar seriamente na colonização do Brasil, recorrendo à iniciativa e aos capitais privados. Criar-se-iam, então, as Capitanias Hereditárias.

b. De 1532 a 1640 - Conquista e ocupação

(1) De 1532 a 1580

(a) Fundação de Núcleos e Povoamentos

Em 1532, inaugurou-se o sistema de Capitanias Hereditárias, sendo este o ensaio de iniciativa privada no Brasil. O Plano não obteve êxito, mas criou os dois primeiros núcleos de povoamento no Brasil: o de Pernambuco, englobando Igaraçu e o de São Vicente, incluindo Santo André da Borda do Campo e São Paulo de Piratininga. Esses dois núcleos prosperaram, graças a cultura de cana-de-acúcar, e adquiriram capacidade de expansão. Em 1549, a criação do Governo Geral na Bahia deu nascimento ao núcleo de povoação de São Salvador, que adquiriu logo, graças à cana-de-açúcar, grande vitalidade. A tentativa dos franceses de se instalarem no Rio de Janeiro deu nascimento ao núcleo do Rio de Janeiro (1565) e a povoação da Praia Grande.

(b) Expansão dos núcleos

Foi feita por iniciativa oficial e visava ao alargamento das bases iniciais do povoamento, à preia e o combate ao indígena, a descoberta de riquezas.

Nos primeiros oitenta anos de colonização, os estímulos políticos, resultantes de necessidades militares e econômicas, orientaram o povoamento e a colonização de que resultou:

- A intensificação do povoamento na orla marítima desde Olinda a São Vicente, iniciando-se também os primeiros trabalhos de fortificação da costa.
- As primeiras entradas no sertão, destinadas a combater e prear o indígena e buscar novas riquezas, partindo dos núcleos de São Salvador, Sergipe e Espírito Santo.
- O núcleo de São Vicente, galgando o planalto, desdobrou-se na povoação de São Paulo, coberta por três outros avançados na direção do Sertão: Itú, Sorocaba e Taubaté.

O povoamento foi ainda litorâneo e não atingiu os limites fixados em Tordesilhas.

(2) De 1580 a 1640

(a) União das duas Coroas

A união das coroas portuguesa e espanhola teve como consequências imediatas:

- Ab-rogação de fato do Tratado de Tordesilhas, abrindo novos horizontes ao povoamento, dada a necessidade de ligar as duas áreas de colonização.
- Atraiu os inimigos da Espanha, ingleses e holandeses, que passaram a atacar o litoral, exigindo uma defesa e vigilância permanentes. O povoamento estava, assim, solicitado por duas forças antagônicas: uma conduzia para Oeste (o ouro do Peru); outra o solicitava para a costa: a defesa do litoral. O esforço da conquista foi feito na primeira direção.

(b) Expansão do núcleo pernambucano

Pelo litoral expandiu-se para o sul e para o norte, atingindo a foz do rio São Francisco e, expulsando: os franceses, fundou sucessivamente Filipéia, Três Reis Magos, Fortaleza, Maranhão e Belém em 1616.

De Belém passou-se à ilha de Marajó e depois ao continente, onde foram fundadas Cametá e Macapá. Bento Maciel Parente prosseguiu para o Norte, atingindo o Oiapoque. A Capitania do Cabo Norte foi doada a Bento Maciel Parente, em 1637.

A conquista do Amazonas operou-se entre 1616 e 1648. Pedro Teixeira, entre 1637 e 1639, subiu o Amazonas e atingiu o rio Napo, no Peru. A parte sul não foi reconhecida convenientemente devido às condições de navegabilidade dos

rios. O povoamento foi estimulado pelo comércio das especiarias e contou com a ajuda dos jesuítas, que plantaram suas Missões ao longo dos rios e seus afluentes.

Para o interior: - A expansão se fez na esteira dos currais pelos vales do Capiberibe, Paraíba do Norte, Potengi, atingindo a serra da Borborema. A primeira etapa foi a do desbravamento e da Iuta contra os silvícolas, depois, a concessão da sesmaria; mais tarde o curral e, por fim, o canavial e o engenho (já no século XVIII).

A guerra contra o holandês, iniciada em 1624, na Bahia, e prolongada até 1654, internou o povoamento, alargou a base da circulação social e eriçou o litoral de fortes que seriam os marcos iniciais de novas povoações.

(c) Expansão do núcleo baiano

No litoral: - Cristóvão de Barros (1590) conquistou Sergipe e abriu caminho à civilização do interior.
Para o interior: - Chegou-se ao vale do São Francisco em cuja curva se fez o enlance com os sertanistas que desceram de São Paulo.

Garcia DÁvila fundou a casa da Torre, ao longo do São Francisco. Daí saíram Domingos Sertão e Domingos Jorge Velho, com poderosos grupos de mamelucos e índios domesticados, para conquistar os campos do Piauí, do Maranhão e banda ocidental do Rio Grande do Norte e do Ceará. Fundando fazendas de gado, povoaram toda essa imensa região, que foi desbravada do interior para o litoral.

(d) Expansão paulista

Aproveitando as vias navegáveis, os paulistas expandiram-se:

Para o Norte, devassando Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, indo até o Piauí e Maranhão.

Para Oeste, atingiram o planalto matogrossense e as Reduções de Guaíra, que foram destruídas. Antônio Raposo (1628) e Fernão Dias Paes Leme, o sertanista das esmeraldas, fundaram inúmeras povoações.

Para a Sul, foi até o Rio Grande, onde destruíram as Reduções de Tapes.

Usando a via xerográfica e partindo de Sorocaba, atingiram os campos de Curitiba e de Guarapuava e os de Vacaria e de Viamão. Uma corrente pastoril encheu de currais o itinerário de Sorocaba a Lages e foi a Laguna onde se misturou com os vicentinos, que aí chegaram pelo litoral.

(e) Apreciação

Sob o estímulo oficial e o de combate às tentatıvas de fixação estrangeira na expansão litorânea e sob o impulso de iniciativa privada, estimulada pela preia ao índio, a busca de ouro e a criação, conseguira-se:

- O povoamento do litoral desde Laguna ao Oiapoque particularmente, adensado entre Pernambuco e São Vicente.

- O desbravamento da Amazônia e o início de sua colonização pelo aldeamento dos indígenas, exploração de madeiras, agricultura e especiarias.

- Penetrações profundas em regiões pertencentes a Espanha, com choques entre as duas correntes colonizadoras em Guaíra (1629) e no Rio Grande do Sul (1636-1638) e Sul de Mato Grosso (1632).

-Estabelecimento dos primeiros liames entre o Povoamento da corrente nortista e a sulista, enlaçadas na curva do São Francisco e no vale Amazônico.

c. De 1640 a 1808 - Expansão da Conquista e Colonização

A descoberta do ouro, em Minas Gerais (1695), em Goiás (1722) por Bartolomeu Bueno da Silva e em Cuiabá (1717) por Pascoal Cabral Leme, deu pleno desenvolvimento à iniciativa particular, realizando-se as penetrações em todos os sentidos, tendo como consequência:

- A intercomunição do Sul com o Norte, aproveitando as vias navegáveis do São Francisco, do Araguaia, do Tocantins, do Parnaíba.

- Avanço dos currais remontando o São Francisco, visando levar, a região das minas, os elementos de subsistência.

- A criação da Colônia do Sacramento em 1680, visando o domínio do estuário e, com ele assegurar comunicações fáceis com os núcleos interiores, para dar vigor ao "*uti-possidetis*", desencadearia a luta na fronteira Sul e apressaria o povoamento do Rio Grande do Sul.

- O povoamento aí começou com a invernada, onde se reunia o gado selvagem apresado. Depois veio a estância que cobriu as regiões das antigas Missões como Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Ângelo, até as margens do Uruguai.

Em 1737, o Brigadeiro Silva Paes fundou a povoação de Rio Grande de São Pedro e o sistema de fortes que o protegia. Depois todo o território, se cobriu de Guarnições militares, de fortes e os habitantes se converteram em milicianos, apoiado por força profissional respeitável.

Os colonos açorianos em meados de século XVIII comecaram a afluir ao Rio Grande e a se fixarem nas margens do Guaíba e em Porto Alegre.

A colonização tomou aqui uma feição guerreira devido à proximidade do espanhol, que disputou a posse da terra ao português e ao indígena belicoso. Os velhos quarteis foram a origem das povoações e das cidades.

3. ASPECTOS DO BANDEIRISMO

a. Causas:

- Humanas e subjetivas, resultantes da cobiça, das notícias sobre as riquezas da terra, estimulando o ardor paulista;
- econômicas (apresamento de indígenas, ouro de lavagem, minérios);
- geográficas (facilidade de penetração); - demográficas, dada a vitalidade dos focos de expansão.

b. Caracteristicas das Bandeiras

(1) Fase defensiva (século XVI), caracterizada pelo apresamento em torno de Santo André e São Paulo; defesa de São Paulo em 1562; defesa do litoral vicentino contra os piratas ingleses, franceses e holandeses. Pesquisas de ouro em São Paulo, em Minas Gerais, em Mato Grosso e em Goiás, no século XVII.

(2) Ofensiva (século XVII): Apresamento dos índios das Reduções e depois de índios selvagens. Expedição de auxílio às regiões nordestinas ou ao Governo Geral, por ocasião das invasões holandesas ou de incursões de piratas.

(3) Povoamento: Criação de gado e mineração,

c. Consequências

- Expansão territorial e povoamento de vastas regiões.
- Substituição do índio escravizado, pelos mamelucos, produto de intensa mestiçagem.
- Desbravamento de territórios sulamericanos.
- Fornecimento de bracos à lavoura canavieira e apoio à criação.
- Defesa da terra.
- Manutenção do núcleo paulistano que teve nele uma fonte econômica.

d. Traços psicossociais

O bairrismo, o orgulho e o respeito aos compromissos assumidos.

e. Rotas principais seguidas pelas Bandeiras paulistas:

Utilizavam como ponto de partida o rio Tietê. Desse rio passavam, conforme o rumo a ser seguido, aos rios São Francisco e Paraná, remontando-os em busca dos seus afluentes ou formadores.

Como rota terrestre seguiam até os campos de Paranapanema e daí aos de Curitiba, onde encontravam o caminho de Piadibirú que permitia atingir o rio Paraná.

f. Aspectos militares das Bandeiras

As Bandeiras são adaptações do velho organismo da força militar ibérica, ao ambiente e circunstâncias da colonização do Brasil. São um tipo de força militar surgido espontaneamente, tal como as Companhias de Emboscadas.

Segundo o coronel B. Magalhães exerceram, de modo geral, o papel de destacamentos de descoberta e chegaram até a cumprir missões de exploração, tirando proveito dos reconhecimentos anteriormente feitos.

4. CONCLUSÃO

A conquista e a colonização do Brasil resultaram.

- de causas políticas, decorrentes de necessidades militares e econômicas;
- de estímulos econômicos (lavouras canavieiras, especiarias, pastoreio, ouro);
- de possibilidades geográficas, consequentes da penetrabilidade do território, propiciada pelos múltiplos enlaces fluviais e a utilização de meios adequados a navegação dos rios.
- de condições sociais (propriedade assentada no latifúndio, estágio de civilização do indígena, mão de obra escrava), permitindo o desenvolvimento da iniciativa privada.

A conquista foi executada por inspiração oficial ou pela iniciativa privada, dando origem às Entradas e às Bandeiras. As Entradas tinham caráter oficial, visando à caça e ao combate ao gentio e à busca de riqueza. Foram expedições de reconhecimento e tiveram pequena profundidade com objetivo certo. Foram realizadas, particularmente, nos séculos XVI e início doXVII, partindo da costa N-S e raramente na L-W (Belém-Pernambuco) .

As Bandeiras foram na maioria particulares e visavam à caça ao índio, ao combate aos quilombos e Reduções, à busca do ouro, e colonização. Tinham objetivos incertos, grande profundidade. Foram de reconhecimentos, militares e povoadoras.

A conquista irradiou-se da costa, de três núcleos fundamentais: Pernambuco, São Vicente e Bahia, posteriormente acrescidos de Belém. Dessas bases de partida, sairam uma corrente, de conquista, e povoamento do litoral e outra do interior. A primeira foi responsável pela unidade do litoral, que se estendeu do Oiapoque à Colônia do Sacramento. A segunda pelo desbravamento do interior, o internamento do povoamento, o estatabelecimento das ligações dos núcleos costeiros e continentais, integrava as diferentes regiões geográficas num grande espaço sob domínio da Coroa portuguesa.

Os estímulos políticos, sociais e econômicos, que comandaram a expansão territorial foram a exploração da riqueza extrativa, a lavoura canavieira e a de sustentação, a criação do gado, a ambição de riqueza fácil, a catequese e a miscigenação, que permitiram aproveitar e combinar as qualidades fundamentais dos elementos humanos pertencentes a três raças diferentes.

O nomadismo e a agressividade, que caracterizam a fase de expansão do povoamento, perderam impulso nos fins do século XV. Entrou-se numa fase de fixação. No início do século XIX o Brasil se apresentava em um máximo de espaço geográfico com um mínimo de circulação política e social; no Norte as fronteiras estavam mais ou menos fixadas (Tratado de Utrecht - 1713); mas no Sul continuavam oscilante (Tratado de Madrid - 1750, Tratado de El Pardo - 1761, Santo Ildefonso - 1777). Esses dois fatos teriam importância considerável na organização dos poderes públicos, na sociedade colonial e na independência.

III - FORMAÇÃO TERRITORIAL

O estudo da formação territorial do Brasil pode ser conduzido através da apreciação de determinados aspectos, aos quais, de um modo geral, podemos denominar “condicionantes da formação territorial” .

Vejamos os principais:

I. O TRATADO DE TORDESILHAS

Antes de ser divulgada a notícia do descobrimento do Brasil, o Tratado de Tordesilhas, desde 1494, regulava a partilha da soberania de Espanha e Portugal em terras que viriam constituir o território do Brasil. O simples exame de uma carta, cortada pelo meridiano de Tordesilhas, revelara ao observador mais desavisado, que a faixa territorial reservada aos portugueses não oferecia base suficiente para o estabelecimento de uma civilização próspera e estável. O território. delimitado ficava ladeado pelas bacias do Tocantins e do Paraná, boas vias de acesso para quem viesse de terras espanholas com a ideia de conquistá-la. Por outro lado o meridiano de Tordesilhas amputava violentamente uma vasta unidade geográfica, rodeada insularmente pelas Bacias do Madeira e do Paraguai e que correspondia a uma unidade econômica a realizar a zona da mandioca, a zona do algodão e do milho, a zona da cana-de-açúcar.

Por outro lado, no quadro dessa unidade geográfica e possibilidades econômicas, havia uma unidade humana formada por um conjunto de tribos, caracterizada por uma cultura típica da floresta equatorial e disposta em duas formações concêntricas: os tupi-guaranis e os aruaques. Formações culturais afins, os tupi-guaranis e os aruaques, haviam-se fundido em muitas regiões pelo sangue e a cultura. Os segundos tinham adotado, em muitos casos, a língua dos primeiros, que já antes da chegada dos brancos, comecara a ser língua geral e, como tal, instrumento de aproximação, de unificação social e cultural.

Desses fatos geográficos e sociais decorreria um dilema geopolítico incontornável ou os espanhóis, baixando o Amazonas e seus afluentes, dum lado, e do outro, subindo o Paraná, restabeleceriam a unidade destruída, expulsando os portugueses da estreita faixa litorânea, ou os segundos, aliados aos antigos possuidores da terra e fazendo o caminho oposto, realizariam a unidade da grande formação insular amazônico-platina estabelecendo sobre ela seu domínio político.

2. O ELEMENTO HUMANO

A expansão territorial parece ter sido sempre a ambição mais generalizada de todos os Reis e mesmo dos atuais Estados. Tem sido mesmo uma prova material do êxito de uma política. As Nações obedecem, por uma espécie de impulso inconsciente, à ideia de se expandirem, de adquirirem maior espaço, para melhorarem suas condições de vida, de segurança e de poder. E difícil definir, com precisão, a natureza e a substância desse sentimento. Mas há no um fato essencial a ligação entre um grupo humano e uma porção de espaco. O fundo portanto desse sentimento de expansão dos grupos humanos, e a ligação profunda entre a comunidade e o espago, que lhe e necessário.

É incontestável que os portugueeses demonstraram possuir uma grande capacidade de expansão, ou em termos ratzelianos, um grande sentido de espaço. Localizado na nesga atlântica da península ibérica - ponte entre dois continentes e área do trânsito entre dois mares - Portugal aproximava-se da África e da América. Dessa posição, aliada a correntes marítimas e aéreas que facilitavam sobremodo a nevegação a vela para o Sul e Oeste, Portugal se transformaria "num cais de embarque predestinado aos grandes descobrimentos". O cruzamento racial com os semitas, o conduziria ao seu gênero de vida específico, o comércio marítimo à distância, com base na distribuição de produtos vindos de muito longe ou produzidos pela sua agricultura e o sal. Era pois natural que a história de Portugal nos séculos XIII, XIV e XV fosse um constante e progressivo esforço para afirmarse como Nação marítima de função cosmopolita. A consciência física do espaço e o sentido de sua conquista estavam pois ligadas ao povo português e um fato essencial para compreender sua expansão imensa na América.

Mas, na América, o português encontrou também um ambiente geográfico e humano particularmente propício à realização desse sentimento de expansão.

No plano geográfico encontraram um espaco estendido numa escala a que não estavam habituados. Este espaço apresentava um extraordinário conjunto hidrográfico que constituía a maior e mais prática possibilidade de circulação. No centro do continente, uma área de dispersão de vias fluviais, qual uma ilha, facilitava o movimento em qualquer direção.

A esta unidade geográfica, estendida equilibradamente por planaltos de altitudes médias e planícies de aluvião, correspondeu por sua vez, na pré-história, uma unidade humana com quem o português entraria em contato desde os primeiros dias do povoamento: os tupi-guaranis. Realizando um trabalho secular de adaptação ao meio geográfico, os tupis se difundiram no continente sulamericano por vagas sucessivas. Esses deslocamentos produzidos, particularmente, pela necessidade fundamental de subsistência, atendida pela caça, a pesca, colheita de frutas, revelam a grande mobilidade do tupi e sua capacidade de aproveitamento dos cursos d'água.

Simultaneamente com essas migrações do tupi, outras se realizavam partindo das Antilhas, promovidas pelos aruaques, sem dúvida melhores navegadores do que os tupis. Descendo pelo Orenoco, chegaram ao Negro e ao Amazonas e daí pelo Madeira vieram ao alto Paraguai, onde se misturaram com o tupi.

Esse nomadismo teria de comunicar ao indígena brasileiro um grande senso topográfico e capacidade para representar o espaço percorrido, como aconteceu a povos primitivos e nômades em outros séculos e continentes. Esse senso e essa capacidade resultaram de duas qualidades básicas que extremam o nômade e o sedentário a visão telescópica e uma extraordinária memória visual. A primeira, Ihes permite distinguir acidentes que escapam normalmente à vista do homem civilizado e a segunda permite reproduzir em couro, madeira, ou fibras vegetais as linhas principais do meio geográfico em que vivem ou que percorrem.

Pioneiros do desbravamento do continente, os tupis e os aruaques, os primeiros vindos do Prata e os segundos do Amazonas, completaram em sentido inverso o circuito continental de suas longas migrações, penetrando-se e transmitindo-se mutuamente influências culturais. Gente inquieta, dotada de extrema mobilidade, correndo o continente em todas as direções em busca dos elementos de subsistência, o indígena brasileiro adquirira também o sentido do espaço e, nesse ponto, se aproximaria do português e lhe transmitiria informações e técnicas de mobilidade bem adaptadas às condições do novo meio, oferecendo assim contribuição inestimável na expansão geográfica portuguesa na América do Sul e, particularmente, nas bandeiras paulistas.

Ao indígena brasileiro deve, pois, o português, processos de proteção, defesa e subsistência durante os longos deslocamentos; uma técnica própria de construção naval e navegação fluvial; grande número de informações sobre a geografia do continente, algumas trajadas em couro ou madeira, que facilitaram sobremodo a dinamização de sua sede de expansão, do agudo sentido do espaço a conquistar, ocupar e manter.

3. OS ESTÍMULOS ECONÔMICOS

No quadro da mentalidade da época, a colonização era a exploração dos recursos da terra. E, de acordo com os princípios que formavam a política monopolista, o recurso principal a pesquisar, lavrar e beneficiar era o metal precioso, particularmente, o ouro e a prata. Foi portanto preocupação primeira dos portugueses descobrir no Brasil o ouro e a prata. E nesse ponto, mais uma vez, o indígena desempenharia papel importante através de seus mitos, dos adornos de ouro que usava e das informações que prestava sobre ocorrências de minerais brilhantes, que lhe pareciam ser ouro ou prata. Atrás desses mitos em busca dos locais onde o indígena colhera as pepitas de ouro e das minas, que dizia existir, atirou-se o português, de início, através das expedições oficiais (as entradas), depois do movimento bandeirante de caráter essencialmente privado.

Mas o ouro, para felicidade dos brasileiros, não apareceu logo e foi preciso, principalmente, subsistir. E para viver, o português utilizou inicialmente as culturas nativas, como as do milho e da mandioca, e depois, a lavoura da cana-de-açúcar, favorecida pela riqueza do massapê da área costeira do nordeste. A industrialização da cana-de-açúcar constituiu-se em outro elemento de estímulo à dilatação e conquista do espaço, através das necessidades de mão de obra, de subsistência, de transporte. Surgiram assim as expedições de preia ao índio, desenvolvendo-se paralela e simultaneamente com a de pesquisa do ouro, a criação extensiva do gado, estendendo-se e cobrindo áreas cada vez maiores no interior do continente. A descoberta do ouro e das pedras preciosas em locais afastados uns dos outros, completaria, com a ocupação, a obra já realizada pela conquista, fixando as bandeiras, adensando o povoamento nas áreas mineiras, provocando migrações intensas de mão de obra e de elemento de subsistência.

Atuando como necessidade, o estímulo dinamizou o sentido de espaço do colonizador, com o fim de satisfê-lo. E daí surgiram o desbravamento, a conquista e depois a ocupação do interior, realizando-se concomitantemente a unidade econômica, favorecida pelas condições geográficas.

4. A ESTRUTURA SOCIAL

Ao tempo do descobrimento, a população de Portugal não ia muito além de 1.200.000 habitantes e a dos indígenas se a proximava dos 4.000.000. Como, com tão minguados efetivos, poderiam os portugueses conquistar, ocupar, e explorar as costas orientais e ocidentais da África, da Ásia Meridional, muitas ilhas do arquipélago malaio e do Atlântico, por maior que fosse sua fome de espaço e mais eminentes suas qualidades? Essa tarefa imensa escapava nitidamente às suas possibilidades, particularmente, no Brasil, onde havia um continente a desbravar, ocupar e explorar. Não podiam realizá-la sós, necessitavam da colaboração dos colonos, dos nativos e de todos quanto pudessem ajudá-lo sem comprometer a posse e o domínio soberano da terra.

Era necessário pois obter a cooperação dos homens da terra, enquadrá-los, orientá-los na realização da tarefa gigantesca. Mas, mesmo para o enquadramento, lhes faltavam os elementos humanos necessários, pois os disponíveis mal chegavam para o estabelecimento da máquina administrativa da Colônia.

Ainda dessa vez, a solução surgiria natural das condições ambientais. Obrigada a cultivar a terra, para dela arrancar seu sustento e seus elementos de riqueza, surgiria, no nordeste, fortemente hierarquizada, a sociedade canavieira, baseada na grande propriedade, na auto-suficiência e num elemento humano volumoso. O chefe dessa sociedade, de indiscutida autoridade, acostumado desde o princípio a bastar-se a si mesmo, a defender seu patrimônio, seria o elemento indicado para realizar a expansão costeira nessa área; estimulado pela necessidade de expandir suas lavouras e orientado pela faixa de massapê. Com o desdobramento do engenho e para não prejudicar as lavouras de cana, o gado se foi internando e os rebanhos crescendo. As barrancas salgadas do São Francisco, as múltiplas aplicações do couro e seu alto valor, criaram as condições para que a criação se desligasse dos engenhos e ganhasse autonomia econômica. Surgiria a sociedade pastoril do nordeste, menos hierarquizada, mas com grande capacidade de expansão. Aí também se encontraria um chefe, cuja liderança se fizera a base de sua capacidade para resolver os problemas do grupo, capaz de vencer o indígena e ganhar o alto sertão em busca das pastagens novas e ricas.

Mais ao sul e o grupo bandeirante que aparece com sua estrutura militarizada. Dispondo apenas de uma agricultura de sustentação pobre, fascinado pela pesquisa de ouro e rudemente atacado pelo indígena, o paulista iniciou o apresamento, como medida de defesa e pela necessidade de mão de obra. Mas cresceu o número de índios apresados e foi preciso vendê-los. O mercado que se ofereceu era o nordeste, onde a lavoura canavieira pedia um volume de braços que o mercado africano não podia suprir.

Encontrava assim o bandeirante uma atividade econômica que lhe permitiria, em primeiro lugar, viver e; depois, continuar a pesquisa do ouro pelo sertão a dentro. A bandeira seria seu instrumento de trabalho. Recebeu do índio os meios e a técnica de navegação fluvial, a capacidade para se defender e viver no sertão, as informações topográficas e geográficas de que carecia para penetrar o desconhecido. No mameluco teria um tipo humano mestiço, rústico, resistente, bem adaptado ao meio geográfico. No português teria o chefe, devorado pela fome e a febre de aventura, misto de pai de família e de cacique, capaz de manter nela a disciplina e o espírito de sacrifício e de conduzi-la aos fins colimados.

Sem o concurso desses elementos sociais, constituídos por grupos fortemente estruturados, que serviam aos interesses da Metrópole, servindo aos seus próprios, a tarefa de desbravamento e conquista do interior brasileiro não teria sido realizada, pelo menos na escala em que foi feita.

5. A DEFESA DA TERRA

O nordeste brasileiro, avançado como gigantesco promontório no interior do ângulo formado pelos dois grandes feixes de veiculação marítima, favorecido pela direção dos ventos e das correntes marítimas, atrairia o povoamento português e também a agressão dos inimigos de Portugal. Desde os primeiros dias de colonização que franceses, ingleses e, mais tarde, holandeses ameacaram o litoral da colônia lusa na América. A princípio, foram ataques aos entrepostos do litoral, depois foi a tentativa de fixação e colonização. Contra ambos os propósitos reagiu Portugal, com os recursos de que dispunha ajudado pelos colonos e indígenas e, com tenacidade invulgar; conseguiu manter indiviso o extenso litoral, preservando a unidade cultural da ocupação e, indiretamente, a posse da conquista do interior.

A ocupação do nordeste pelos holandeses, a mais seria e mais prolongada, ensejou o adentramento da ocupação e até mesmo enlace das ligações interiores entre o norte e o sul, antes mesmo que se tornasse efetiva, com a expulsão deles, a propiciada pelo mar. Ainda aqui se fez sentir a participação dos diferentes grupos sociais, cuja estrutura permitiu ajudar e apoiar o esforço detensivo da Metrópole, e até mesmo substituí-los, quando não se pode manifestar, por força de seus compromissos internacionais.

6. CONCLUSÃO

Foram esses os principais condicionantes da formação territorial do Brasil. Sem o concurso harmonioso deles, sem o entrosamento de um com o outro, não se teria conquistado e ocupado o imenso espaço brasileiro e assegurado o domínio político sobre ele. Sem a compreensão, também, dos fatos que representam, não será possível compreender com precisão a formação territorial do Brasil e, em grande parte, explicar satisfatoriamente sua unidade.

IV - FORMAÇÃO ÉTNICA

O estudo da formação étnica resulta, basicamente, do estudo das características dos grupos étnicos presentes, além de uma apreciação sobre os principais fatores que contribuíram para uma maior ou menor aproximação entre os elementos representantes desses grupos. Segundo esta ordem de ideias, examinaremos, sucintamente, esse aspecto da formação da nacionalidade brasileira.

1. GRUPOS ÉTNICOS

a. O Branco

Embora, no cenário histórico de nossa formação, tenham comparecido portugueses, franceses, ingleses, holandeses e espanhóis, apenas os primeiros contribuiram decisivamente na nossa etnia, razão pela qual nos limitaremos apenas à sua apresentação como representante do grupo branco.

Os portugueses resultaram de uma longa miscigenação, em que entraram, inicialmente, iberos, celtas ou ligúrios, que sofreram o domínio de romanos e cartagineses durante muito tempo. Mais tarde sofreram influência de povos bárbaros, como os vândalos, suevos e visigodos. Dominada a terra pelos visigodos, já então cristianizados, surgiram os árabes, que ocuparam a península. A simples enumeração desses fatos e suficiente para dar ideia das contribuições que recebeu o sangue original dos iberos e celtas. Na época do descobrimento, Portugal tinha pouco mais de um milhão de habitantes (alguns mencionam um e meio milhão) e estava empenhado na conquista da Índia. Foi pois a escória da sociedade portuguesa que contribuiu, inicialmente, para o povoamento do Brasil, incluindo-se nela os degredados, os desertores, náufragos, empregados das primeiras feitorias. Com a criação do Governo Geral, em 1548, começou a elevar-se. O nível social dos povoadores do Brasil aparecendo artífices, soldados e ainda degredados. Esses últimos, porém; eram réus de pequenos delitos, punidos com a pena de degredo, para forçar o povoamento do Brasil. Daí por diante, a entrada dos portugueses no Brasil cresceu constantemente, particularmente durante o domínio espanhol, em que a vida na Mãe-Pátria se Ihes tornara muito difícil. Por essa época entraram também, no Brasil, grandes contingentes de espanhóis.

Gilberto Freire assinala no Português três características que o distinguiram como povo colonizador: a miscibilidade, a aclimatabilidade e a mobilidade.

A miscibilidade trazia-a, o português de suas origens e, no Brasil, encontrou amplas possibilidades para dar-lhe vasão.

A aclimatabilidade resultava das próprias condições físicas de Portugal, em que o clima e mais africano; do que europeu. Sua adaptabilidade, às condições de clima do Brasil, estavam assim favorecidas.

A mobilidade adquiriu-a na luta contra os mouros, em que Precisava aumentar. O valor de seus minguados contingentes militares, utilizando a velocidade e na sua aptidão para a navegação oceânica, decorrente de sua posição geográfica. No Brasil, encontrou uma geografia imensa e agressiva, que precisava dominar ainda com poucos recursos. Observou o índio, e aprendeu com os processos para vencer as distâncias, deslizando em frágeis embarcações pelos caminhos líquidos dos rios, vencendo seus obstáculos, arrastando a embarcação por terra, ou mesmo conduzindo-a nos ombros ao ponto em que fosse novamente possível a navegação.

A contribuição do português à formação brasileira e particularmente notada na unidade de língua e de religião; na integração do território e capacidade para defendê-lo contra toda tentativa de conquista ou fixação; no caráter paternalista do brasileiro; na ausência de preconceito racial; num certo desprezo pelas aptidões técnicas e gosto pronunciado pela profissão especulativa.

b. O Negro

Atingira na África um estágio de cultura francamente agrícola. Quando D. João III decidiu implantar no Brasil o sistema de colonização agrícola, tendo por base a cultura da cana-de-açúcar, o negro seria elemento indispensável a esse esforço pesado, uma vez que o índio, em sua condição de nômade, não se prestava ao trabalho sedentarizado. Os negros introduzidos no Brasil podem ser classificados em cinco grandes grupos: Yorubas, Daomenianos, Malês, Bantos e Minas. Desses os Malês representavam a aristocracia entre os escravos e foram líderes dos movimentos rebeldes entre os negros.

Entre as várias culturas negras, duas tiveram acentuada influência no Brasil: a nagô (ou sudanesa), com grande significação na Bahia, principalmente na culinária (vatapá, acarajé, abará), na indumentária (turbantes, colares, balangandans) e na música, caracterizada por cânticos de melodias curtas e repetidas, e pelos instrumentos de atabaques

(tambor) e afifiô (flauta de madeira); e a bantu, que se estendeu por todo o Brasil, tendo influido, particularmente, na música e na língua.

De modo geral, pode-se dizer que os principais traços da intluência negra na formação do brasileiro podem ser notados: no sentimentalismo exagerado que o caracteriza; na linguagem enriquecida pelos termos africanos; na superstição, fruto do primitivismo religioso; na cozinha, na música e na dança.

c. O índio

Os indígenas brasileiros pertencem a quatro grupos principais: Tupi-Guaranis; Gês ou Tapuias; Nu-aruaques e Caribas.

Desses grupos, os Nu-aruaques representavam o mais alto nível cultural dos indígenas brasileiros. A contribuição indígena à formação brasileira foi considerável e pode ser notada: em hábitos e costumes incorporados à vida brasileira, como o uso da piroga, da rede, do fumo, etc. na alimentação com o aproveitamento da mandioca, do cará, do gerimum, da paçoca, etc.; na agricultura de coivara; na terminologia brasilíndia incorporada ao português. Admite-se também que o indígena tenha transmitido ao brasileiro algumas de suas características psicossociais, comoa a inquietação e a indisciplina; o sentimento de liberdade e a atitude individualista; a negligência, particularmente notada no campo econômico pelo esforço desorganizado, imprevidente e descontínuo; na agressividade e suscetibilidade à flor da pele.

2. MISCIGENAÇÃO

A extensão e a intensidade deste processo resultaria das características dos grupos étnicos, da capacidade de miscigenação desses grupos, e da influência sobre eles exercida pelos fatores geográficos, políticos e econômicos, particularmente.

a. Os grupos étnicos

Os portugueses e espanhóis eram francamente miscíveis, produtos que eram de larga miscigenação na Península. Dos invasores, o que mais se miscigenou foi o francês; os ingleses e holandeses, apenas, se uniram aos demais grupos brancos.

Os negros constituíram o grupo de maior efetivo na miscigenação chegando mesmo, em determinado período, a constituir a população predominante. Pouco se misturaram, porém, com os indígenas.

O índio não ofereceu resistência à miscigenação. As limitações deveram-se tanto ao nomadismo indígena como a certos elementos de incompreensão, que resultaram em choques contra os portugueses. Um desses elementos foi sem dúvida o relacionado com a propriedade, pois o índio não a compreendia e provocava a reação do colono e, daí, a animosidade geral.

Um outro aspecto é o que podemos chamar de “simpatia”, fenômeno ainda sem uma completa explicação – foi o caso das alianças normais entre os tupi-guaranis e portugueses e os tupinambás e franceses. Daí talvez a razão de os portugueses terem lutado, inicialmente, contra uma grande agressividade indígena na região do litoral, particularmente devido à influência do francês.

b. A influência da geografia

A geografia foi favorável à miscigenação. A área era perteitamente habitável e não limitou a presença de nenhum grupo étnico. O clima, por sua vez, não constituiu obstáculo (a ausência do negro na região do Rio Grande do Sul se deveu a outros fatores). Um outro elemento geográfico favorável foi a posição do Brasil em relação à África, mercado natural de escravos. A posição, aliada à facilidade de circulação criou amplas possibilidades para a introdução do negro e para a manutenção desse contingente na colônia.

c. O fator econômico

Este, fator favoreceria a miscigenação, pela aproximação dos diferentes grupos para uma determinada atividade econômica. A atividade extrativa vegetal aproximou o índio e o branco, seja na atividade ligada à extração do pau-brasil, seja a da busca de drogas. Na agricultura canavieira, foram aproximados o branco, o negro e o índio. A miscigenação do branco e índio na área canavieira talvez excedesse a do branco com o negro, pois o contingente indígena entregue ao NE pelos paulistas, em muito excedeu ao efetivo negro importado da África.

O efetivo humano da área de cana-de-açúcar tinha pois representantes dos três grupos étnicos principais em nossa formação. Então a miscigenação foi extensa porque abrangeu os três grupos étnicos e foi intensa devido à atividade sedentária do engenho. O que ocorreu na região canavieira ocorreu, de um modo geral, nas demais áreas agrícolas.

Na área mineira o processo se diferenciou, pois aí o índio havia sido expulso, por ter sido elemento perturbador

nessas atividades. A mineração foi realizada com base no trabalho do negro e o contato favoreceu a miscigenação entre os representantes dos grupos branco e negro.

Já na região centro-oeste, antes da mineração, o que havia era a ocupação dos pousos das bandeiras pelos elementos índio e mameluco, empenhados em atividades sem expressão econômica. A mineração trouxe o negro e o branco, em menor quantidade, porém devido, principalmente, aos problemas da circulação e distância. Findo o período áureo, o branco e o negro regressaram permanecendo na área apenas os índios, os mamelucos e uns poucos representantes negros, empenhados no pastoreio e na agricultura de sustentação remanescentes.

d. O fator político

A Coroa nunca criou obstáculo à miscigenação, muito pelo contrário, estimulou-a e a Igreja, apenas, combateu a licenciosidade.

3. CONCLUSÃO

A formação étnica pode ser apreciada segundo as fases ou períodos históricos da formação da nossa nacionalidade, ou segundo o tipo predominante de miscigenação em determinada área ou região. Vejamos pois, em síntese, o que ocorreu no Brasil.

a. Durante o período dos reconhecimentos gerais predominou a indústria extrativa do pau-brasil como atividade econômica. A aproximação dos índios com os brancos produziu o primeiro produto da miscigenação no Brasil, que foi o mameluco.

b. A conquista se inicia coma fundação dos núcleos de S. Vicente e Olinda. No primeiro, a atividade econômica que predominou esteve ligada à procura do ouro e à preia ao índio. No segundo, a cultura da cana-de-açúcar assegura o êxito da colonização e para a sua expansão vai exigir a entrada da mão de obra escrava, do negro. No NE, a presença do índio, do negro e do branco vai produzir uma miscigenação ampla e intensa desses três grupos raciais. Na região de S. Vicente, a ausência do negro reduz a miscigenação aos grupos branco e indígena. Então, no período da conquista, ou seja, na segunda fase da colonização, a nossa formação étnica se traduz numa miscigenação intensa e extensa no NE e restrita na região de S. Vicente, principalmente devido à atividade seminômade desta área.

c. A expansão da conquista, principal fase da colonização, se opera com a irradiação dos núcleos originais. Em São Luís e Belém, o processo é idêntico ao do NE, embora de menores proporções. Enquanto isso se passava ao Norte, no interior a colonização atinge a região de Minas, onde fora descoberto o ouro. O índio esteve ausente na miscigenação se fez entre grandes efetivos brancos e negros, produzindo uma grande população mulata. Este quadro se prolonga mesmo após o período das minas, já na fase do café, que atinge o Vale do Paraíba e o Planalto Paulista. Verifica-se, pois, nessa área, a ocorrência de uma grande mancha de mulatos, abrangendo Minas, Vale do Paraíba e o Planalto Paulista. As Bandeiras e posteriormente o aparecimento do ouro no centro-oeste vão favorecer o aparecimento do cafuso, resultado do cruzamento do índio e do negro.

A colonização da Amazônia inicia-se com a expansão para o Norte. A miscigenação aí se operou com base nos estabelecimentos das missões, entre o branco e o índio. Com a expulsão dos jesuítas e a retirada das missões, os brancos vão se radicar no litoral permanecendo na mata os índios e os mamelucos.

No Sul do Brasil não houve propriamente uma miscigenação, apenas a presença de elementos brancos e de elementos já miscigenados. O povoamento do Rio Grande do Sul, por exemplo, resultou, na área do litoral, do encontro de duas correntes brancas, uma espanhola de Buenos Aires e uma portuguesa de S. Vicente. No interior, na área da campanha gaúcha, o que houve foi o encontro do mameluco de origem lusa e do mestiço de origem espanhola, ambos produtos já miscigenados e aí reunidos na faina comum da préia ao gado.

d. A população brasileira, no final do período colonial, em 1818, mais precisamente, era estimada em 843.000 brancos; 1.887.500 negros; 628.000 mestiços e 259.400 índios civilizados, perfazendo um total aproximado de 3,5 milhões de habitantes.

V - FORMAÇÃO ECONÔMICA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Portugal, como Espanha, não pensou no Brasil como válvula de escape demográfico, como área geográfica em que se pudesse transplantar a civilização lusa. Como ela considerou sua colônia americana como provedora de matérias-primas, como consumidora de produtos enviados da Metrópole. Concebeu a colonização como uma empresa comercial, que deveria ser conduzida monopoliticamente, de modo a produzir os maiores lucros no tempo mais rápido possível.

Mas Portugal não pode fazer o que se propunha, porque não tinha meios militares e econômicos para impor essa política. No Brasil, a adoção de uma política econômica se viu limitada por acontecimentos estranhos à América e por condições peculiares à Colônia lusa. Assim é que os portugueses não encontraram no Brasil, de início, os metais preciosos de

que tanto careciam para fortalecer sua economia. Não encontraram, igualmente, índios disciplinados e qualificados como trabalhadores agrícolas, que lhes pudessem ajudar no cultivo da terra. Tiveram de importar mão-de obra escrava, distante e cara, o que foi fator de encarecimento da produção e lhes roubou parte dos lucros que poderiam obter.

Mas no Brasil, como nas Colônias hispânicas, a produção se fez em bases aristocráticas e semifeudais, explorando produtos de maior cotação no mercado europeu.

A evolução da economia colonial é, pois, marcada pela predominância ora de um, ora de outro desses produtos, o que permite classificá-la como economia cíclica.

É também característica importante o fato de ter à economia colonial repousado, durante largo período, num gênero de atividade industrial, que se tem revelado superior à agrícola. Conquanto se trate de indústria extrativa de produtos agrícolas, a situáção industrial do Brasil-Colônia era bem superior à da Inglaterra como bem acentua Roberto Simonsen, quando afirma: “em meados do século XVII só nossa produção e exportação na indústria açucareira ultrapassaram em largos períodos a três milhes de libras, anualmente, quando a exportação da Inglaterra não alcançava aquela cifra”. Só que nosso comércio exterior se baseou em produtos-chaves, cuja exportação independia de transtormação industrial, como café e algodão em rama, é que perdemos essa situação privilegiada.

O estudo da formação econômica do Brasil pode ser orientado através do estudo dos ciclos. Devemos entender por “ciclo” o período no qual determinado produto ou atividade econômica constituiu realmente o esteio econômico básico da colônia, ou sobre o qual a Metrópole tenha dedicado o máximo interesse em determinado período. Assim, convém lembrar que, segundo o conceito acima, os ciclos de nossa economia podem ser limitados no tempo da seguinte forma:

Ciclo pau-brasil - de 1500 a 1553. Embora cronologicamente a sua exploração se tenha realizado de 1500 a 1859.

Ciclo da cana-de-açúcar - de 1600 a 1700. Quando a indústria e o comércio da cana atingiu o seu período áureo. Cronologicamente, o período se estende de 1530 a 1830.

Ciclo do gado - de 1650 a 1700. A rigor, o gado não chegou a constituir-se uma economia autônoma. A criação do gado foi uma atividade subsidiária da cana-de-açúcar, até 1650, e de apoio à mineração, a partir de 1700, não chegando a constituír-se em atividade econômica capital da Colônia em nenhum período.

Ciclo do ouro - de 1760 a 1770. Sob o ponto de vista econômico, e de 1700 a 1800, sob o ponto de vista cronológico.

O ciclo das especiarias - como o do gado, não constituiu um ciclo econômico e sim uma atividade economicamente importante. Limitamos o período da exploração das especiarias entre 1684 e 1757, ou seja, do estabelecimento de missões no Vale Amazônico à expulsão dos jesuítas e conseguinte secularização dos missões.

2. PAU-BRASIL

Foi o primeiro produto comercialmente explorado no Brasil. Sua produção estendeu-se de 1503, época da primeira concessão a Fernão de Noronha, até 1859, quando se tornou anti-econômica em face dos sucedâneos químicos resultantes do progresso industrial. Foi desde o início, monopólio da Coroa. Foi regulamentado em 1605, e depois da Independência foi declarado patrimônio nacional.

A chamada costa do pau-brasil se estendia desde o Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro. O ciclo do pau-brasil resultou da falta de metais preciosos; do valor comercial desse produto de grande aceitação na Europa; da possibilidade de aproveitar na sua produção, a mão de obra indígena.

Foi caracterizado pelo monopólio da Coroa; produção e comércio, aproveitando a iniciativa particular, mediante concessão a troco de pagamento de elevado-tributo e servidão na colonização; aproveitamento da mão de obra indígena; destruição de essências florestais raras. Teve como produtos ancilares: animais vivos, escravização do indígena, óleos vegetais e minerais.

Este ciclo teve as seguintes consequências: definição do contorno costeiro, desde Gurupi até o Rio da Prata (expedição de Martin Afonso de Souza), valorização do trecho costeiro entre Pernambuco e Rio de Janeiro, onde se estabeleceram inicialmente as primeiras feitorias e, mais tarde; o Governo Geral e se adensou o povoamento; a guerra contra os franceses, que se prolongaria depois na conquista da costa leste-oeste.

3. CANA-DE-AÇÚCAR

A cultura da cana-de-açúcar nasceu com a decisão de colonizar o Brasil, à base da agricultura. A cana-de-açúcar já cultivada, com bons resultados, nas Ilhas da Madeira e nos Açores foi o produto escolhido para o estabelecimento da produção agro-industrial do país. Foi trazida da Ilha da Madeira e plantada na povoação de São Vicente por Martin Afonso de Souza, juntamente com o trigo, a cevada, o milho e outros produtos. Daí estendeu-se para o-norte, tendo encontrado melhores condições para o seu desenvolvimento em Pernambuco e São Salvador. Essa cultura exigia mão de obra vultosa, autossuficiência e capitais abundantes. A necessidade da mão-de obra conduziu, inicialmente, à escravidão do indígena e, depois, à importação de escravos, com grandes repercussões no ambiente social da Colônia (miscigenação, quilombos); ao povoamento das áreas canavieiras; à dilatação do território (estímulo econômico) e às Bandeiras preadoras de índios. A autossuficiência determinou o nascimento da agricultura de sustentação (milho, mandioca) a criação de gado,

empregado como animal de tração e produtor de carne; o vestuário (cultivo do algodão); o desenvolvimento do artezanato nos engenhos. O capital, que era de cerca de 10.000 cruzados para um engenho médio, contribuiu para a seleção dos senhores de engenho, para os empréstimos externos, aparecimento dos plantadores de cana ou colonos e desvio de muitos portugueses para as atividades pastoris, que exigiam menor capital.

O período áureo da exploração comercial de produtos foi registrado entre 1600 e 1700. O declínio do comércio decorreu do aparecimento do açúcar de beterraba e da revolução industrial, que criou novas condições de produção. Entre 1530 e 1822, o valor da produção do açúcar foi de 300 milhões de libras esterlinas.

O ciclo da cana-de-açúcar resultou das necessidades de colonização da terra e ausência de metais preciosos, das dificuldades de aclimatação de cereais de origem europeia, do clima e solo da costa; do valor comercial do açúcar; das boas condições ecológicas de áreas costeiras mais próximas da Europa, permitindo produção e transporte econômicos.

Caracterizaram esse ciclo: predominância da grande propriedade rural sobre as médias e pequenas; aproveitamento de avultada mão de obra indígena e negra - 12.000 escravos anualmente para produzirem 2.500.000 arrobas de açúcar. Esse contingente de trabalhadores era recrutado: cerca de 4.000 eram escravos africanos, 8.000 indígenas, dos quais um mínimo de 4.000 era fornecido pelos mercadores paulistas; melhoria das condições de vida no tocante à habitação, alimentação, vestuário.

Foram produtos ancilares desse ciclo: algodão, tabaco, milho, couro. Esse ciclo contribuiu para: importação do negro em larga escala e a sua entrada na mestiçagem brasileira; diversificação da sociedade açucareira em classes distintas e a predominância do senhor de engenho nos planos político, social e econômico; expansão litorânea e para o interior, como resultados da expansão das lavouras, da criação de gado, da preia dos índios, ataques de corsários e de potências estrangeiras; nascimento do espírito nativista.

4. GADO

O gado foi introduzido em São Salvador por Tomé de Souza e, em São Vicente, por Martin Afonso de Souza. De Porto Seguro estendeu-se pelo vale do São Francisco, donde se irradiou para o sul, alcançando Minas Gerais. Aí se encontrou com a corrente criatória vinda de São Vicente, dirigindo-se as duas para Mato-Grosso e Goiás onde encontrou o gado dos Jesuítas. De São Vicente, seguiu ainda a direção sul.

A criação do gado intensificou-se com a atividade subsidiária do engenho. Não exigindo grandes capitais e mão de obra avultada, transformou-se na ocupação dos que, tendo algum dinheiro, não podiam montar um engenho. A falta de aramado e a proximidade das lavouras, que eram destruídas pelo gado, obrigou os rebanhos a se internarem em busca de liberdade e de melhores pastagens. Os indígenas foram também atraídos para essa atividade, porque encontraram nela ocupação mais de acordo com suas tendências nômades e individualistas. A rápida multiplicação do rebanho, exigindo sempre pastagens novas, ampliou as zonas de criação, que desbravaram extensas áreas do sertão e plantaram inúmeras fazendas, que foram a origem de povoações que fixaram o povoamento. A criação do gado foi ainda responsável por uma fase típica da evolução da sociedade pastoril, caracterizada pelo emprego do couro nas mais variadas manifestações sociais. Foi, ainda, quem apoiou a mineração, fornecendo aos mineradores alimento valioso e abundante.

Esse ciclo resultou: de necessidade dos engenhos, que precisavam do gado para tração das moendas, dos carros de transporte de cana e da carne para a alimentação; do valor comercial do couro e de sua utilização em variados misteres; da existência de colonos que não podiam montar um engenho; da adaptabilidade do indígena a esse gênero de atividade econômica, da utilização do sal do São Francisco.

São características desse ciclo: a constituição do grande latifúndio pastoril, enprego da mão de obra indígena e do mameluco; desbravamento de grandes áreas do interior, dado o caráter extensivo da criação; o ciclo do couro e o aparecimento das feiras de gado, das quais as mais importantes foram as de Feira de Santana, Itabaiana, Três Corações, Sorocaba.

Esse ciclo contribuiu para: ocupação efetiva de grandes áreas do interior da Colônia, cujas principais cidades nasceram de antigas fazendas de criar; apoio à produção de açúcar e mais tarde à mineração; propiciou a colonização do extremo sul e o desbraramento do oeste brasileiro; deu origem à sociedade pastoril bem adaptada ao cenário brasileiro e a estruturou horizontalmente.

5. MINERAÇÃO

Em 1695, Antonio Rodrigues Arzão descobriu ouro em Ouro Preto, atraindo para essa região grandes contingentes de mineradores. Em 1718, Pascoal Moreira Cabral descobriu as minas de Caxipó e logo depois as de Cuibá. Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva descobriu ouro em Goiás.

Em 1723 toram descobertos diamantes em Tijuco, em Minas Gerais.

Estima-se a produção de ouro no Brasil, durante o século XVIII, em 65.500 arrobas ou seja 982.500 quilos de ouro, assim distribuídos: Minas Gerais, 45.000 arrobas; Mato Grosso e Goiás, 13.000 arrobas; São Paulo, Bahia e Ceará, 5.000 arrobas. Essa produção, em grande parte, era destinada a Portugal que, não podendo retê-la, foi enriquecer, indiretamente, a Inglaterra, França e Holanda.

Esse ciclo resultou: da pesquisa constante, estimulada pelas notícias da descoberta de ouro em outras regiões;

da ambição do colono que via no ouro o meio mais rápido de enriquecer: da Bandeira.

Caracterizaram esse ciclo: rápido nascimento de cidades, com afluxo de grandes massas demográficas à região das catas das minas; exploração sob rigorosa fiscalização da Metrópole, que montou aparelhamento fiscal especial para realizá-la.

Teve como consequências principais: a dilatação do território colonial e estabelecimento de sua configuração geográfica atual, graças às atividades e pesquisas realizadas pelos bandeirantes; deslocou o eixo econômico do nordeste (açúcar) para o centro do país com a queda da produção agrícola; influiu, poderosamente, na mudança da capital da Colônia, de São Salvador para o Rio de Janeiro; criação de novas Capitanias (Mato Grosso, Goiás) e transformação da de Minas Gerais num grande centro literário e artístico, de que são símbolos a Escola Mineira e o Aleijadinho; abertura de novos caminhos e estabelecimento da navegação do Rio São Francisco, propiciando mais intercâmbio comercial e humano entre o norte e o sul; sedições internas contra o rigor fiscal da Metrópole; agressões de piratas (Du Clerc e Du Guay Trouin).

Observa Simonsen que, “alargadas as fronteiras econômicas, ocupadas as vastas regiões dos sertões brasileiros, as economias e os capitais nacionais estavam representados, em fins do período Colonial, nos engenhos, na escravaria, na pecuária. Foi a acumulação desses dois elementos, pela mineração, que facilitou a rápida expansão da cultura cafeeira que, por sua natureza especial, exigiria fartos braços e amplos meios de transporte”. Não se houvessem acumulado no Centro-Sul Brasileiro essas massas de gente e de gado e não teríamos elementos suficientes para o desenvolvimento de outras atividades como a cultura do café, que permitiu o reajustamento da economia do país, quando do declínio da mineração e do comércio de açúcar, mercê da concorrência estrangeira.

6. ESPECIARIAS

Enquanto se passavam esses fatos no restante do país, na Amazônia se fazia lenta, mas seguramente, a conquista e ocupação do vale imenso. Depois da luta para a expulsão dos ingleses, holandeses e franceses, que se tinham estabelecido no estuário, entretendo um comércio rudimentar com os indígenas, os portugueses os substituíram nesse comércio restrito. A cultura da canade-açúcar não teve ali o desenvolvimento esperado. O melhor negócio era o tráfico de silvícolas escravizados para os engenhos de Pernambuco. Daí as expedições para aprisioná-los, Belém, Cametá, Gurupá, transformaram-se em bases de partida para a aventura. Procuravam-se, agora, as especiarias e as plantas medicinais tão cobiçadas pelo comércio internacional, das quais a Amazônia parecia possuir reserva inesgotável. Pimenta, cravo, noz moscada, canela, gengibre, eram artigos de alto valor. Mas como colher essas especiarias no seio da floresta agressiva e desconhecida ? Só o íncola poderia fazê-lo com sucesso. Mas o selvagem era avesso a qualquer disciplina de trabalho e não era possível fiscalizá-lo disperso na floresta. A solução do problema foi dada pelas Missões religiosas. Penetrando na floresta, o missionário foi em busca do indígena, catequizou-o, aldeiou-o e o induziu a pesquisar as especiarias no seio da Floresta. Deixando suas famílias sob a proteção dos missionários, o índio se internava durante meses na floresta e de lá regressava com sua canoa pejada de produtos valiosos, que o missionário vendia aos comerciantes portugueses. Depois se entregava durante outros meses ao amanho da terra.

Multiplicaram-se assim os aldeamentos indígenas no vale amazônico, promovendo sua ocupação sistemática e permanente. Ao ser negociado o Tratado de Madrid, três quartas partes do vale amazônico estavam ocupadas permanentemente por aldeamentos indígenas que reconheciam a soberania portuguesa e com ela taziam o comércio direto e exclusivo das especiarias, avultando como principais produtos o cravo e o cacau.

A expulsão dos Jesuítas do vale amazônico, em 1757, entorpeceu mas não conseguiu destruir o trabalho de colonização alí realizado. É foi graças a ele que o Amazonas restou brasileiro.

7. COMÉRCIO

A atividade comercial do Brasil-Colônia baseava-se na exportação do produto principal do ciclo (pau-brasil, açúcar, ouro, couro) e na importação principalmente de gêneros alimentícios. Para Portugal eram remetidos os produtos da indústria extrativa e de lá vinham os produtos acabados e alimentos. Para assegurar a chegada a Portugal dos artigos de procedência brasileira, e não tendo meios para armar os navios necessários ao seu transporte, procurou a Metrópole assegurar o monopólio dessas trocas, através das Companhias de Comércio. Ésse sistema produziu alguma vantagem, mas foi responsável pelas restrições na produção, como as que se verificaram durante o século XVII e XVIII em que foram proibidos: o cultivo do trigo, vinha e oliveira; a produção de sal assencial à criação; a fabricação de tecidos, exceção efita dos destinados à sacaria e vestuário dos escravos; a manufatura de joias.

Os impostos eram pesados e extensos, recaindo sobre os produtos. As derramas e as fintas - impostos extraordinários - eram fregilentes e contribuíram fortemente para Revoluções como a Inconfidência Mineira.

8. CONCLUSÃO

As formas de atividades econômicas tiveram grande repercussão na formação brasileira, bastando acentuar sua influência na dilatação e ocupação de vastas áreas do Brasil; na formação das comunidades canavieiras e pastoril; na

miscigenação; nas alterações da ordem política e administrativa. Contribuiu, também, em parte, para as agressões externas, que sofreu o Brasil, particularmente para os ataques holandeses a Pernambuco e franceses ao Rio de Janeiro.

VI - FORMAÇÃO POLÍTICA

1. INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil, realizada pelos portugueses segundo critérios econômicos monopolistas e imediatistas, conduziu a uma ordem político-administrativa estabelecida sob o primado de um estreito e rigoroso fiscalismo. Quase todos os órgãos políticos e administrativos da Colônia foram uma consequência da necessidade de explorar os recursos da terra com o menor ônus possível para a Coroa e em benefício dela. Daí a diversidade e a complexidade que apresentaram buscando, incessantemente, se adaptarem às condições geográficas, às formas de exploração econômica, à constituição dos núcleos sociais e às ameaças que sofreram por parte de outras potências comerciais da época. O decréscimo acentuado do comércio com as Índias, as dificuldades financeiras do Reino e o recrudescimento do contrabando do "Pau Brasil" decidiram D. João II a realizar a primeira tentativa para colonizar o Brasil, transplantando para cá o sistema de Capitanias. Das doze Capitanias criadas, somente duas prosperaram: a de São Vicente e a de Pernambuco, constituindo-se nos dois principais núcleos de povoamento da Colônia. O povoamento começava, assim, a ser trabalhado por dois poderosos meios de diferenciação: a distância e as condições geográficas existentes em cada uma dessas regiões. É certo que um traço comum as ligava: o cultivo da cana-de-açúcar e o engenho, mas não era suficiente para alterar o grande fato geográfico de que a colonização do Brasil começava por dois núcleos isolados, muito distanciados um do outro e localizados em regiões geograficamente bem diferenciadas.

2. Instituições políticas, administrativas e militares

O Governo Geral, estabelecido em 1549, para realizar a obra colonizadora que as Capitanias Hereditárias não puderam executar, foi localizado na Bahia de Todos os Santos. em ancoradouro situado a meia distância dos pontos extremos da costa até então explorada, para criar um elo político entre os dois núcleos principais do povoamento e uma base militar, donde pudessem operar os meios navais, destinados ao policiamento e à defesa da faixa marítima, que medeava entre eles. Com o Governador Geral vieram 600 soldados profissionais do Exército português e a primeira lei orgânica da Força Armada no Brasil - o Regimento de El Rei de 1.548. Em 1570 uma provisão Régia completou esse Regimento, criando o Serviço Militar obrigatório e sistematizando a organização das Forças Terrestres da Colônia. Apareceram assim as Milícias pagas, constituídas com gente da terra, elementos profissionais das Forças Terrestres coloniais, a quem incumbiria, particularmente, a defesa terrestre da Colônia e as Milícias não pagas ou Ordenanças, destinadas especificamente à manutenção da ordem interna nas Capitanias e eventualmente a reforçarem as primeiras.

Em cada Capitania Real, um Capitão General enfeixava o poder militar e político e cuidava da defesa da região, com os elementos permanentes e semipermanentes das Forças Armadas ali sediadas e outros recrutados para esse fim. Em cada vila, um sargento-mor respondia pela ordem e segurança interna e, nos núcleos urbanos menores, prepostos seus exerciam funções semelhantes.

Esse sistema durou até o estabelecimento dos franceses no Rio de Janeiro. Rompeu-se, em 1573, para atender às necessidades de defesa do Sul da Colônia, unificando-se novamente, em 1577, quando já era passado o perigo de uma intromissão estranha entre os núcleos de Pernambuco e de São Vicente.

A fundação de Belém, a presença dos franceses nessa região, o regime dos ventos e das correntes marítimas, que permitiam relações mais fáceis do Governo local com o da Metrópole do que com o da Bahia, determinaram nova divisão do Governo Geral, em 1621. Criaram-se o Estado do Maranhão, com jurisdição sobre Capitanias, desde o Ceará até o extremo norte e o Estado do Brasil, abrangendo o restante do território. A influência dos fatores geográficos era nessa área tão forte, que o Estado do Maranhão se subdividiu, embora temporariamente, criando-se um Governo Geral do Pará, com jurisdição sobre esta Capitania e a do Amazonas. Da mesma forma o Governo Geral de Pernambuco, que passou a controlar a vida política e administrativa das Capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Com a descoberta do ouro e os choques dos bandeirantes com os espanhóis no extremo sul e no centro-oeste, deslocou-se o Governo Geral da Bahia pára o Rio de Janeiro e, em 1763, foi o Vice-Reinado do Brasil que aí se estabeleceu.

A extinção dos vários Governos Gerais em benefício do Governo único do Vice-Rei deu uma aparência de unidade ao organismo político-administrativo da Colônia. Na realidade ele nunca esteve tão dividido. De fato o Vice-Rei, embora fosse um delegado do poder real, com todos os atributos necessários e tivesse alguma ação sobre todos os Capitães Generais das Capitanias, não tinha possibilidades de exercer essa autoridade, dadas as distâncias enormes que as separavam umas das outras e a falta de comunicação terrestre e mesmo marítima entre elas. Essa servidão fazia de cada Capitão General o verdadeiro e único Governo da Capitania, entendendo-se diretamente com a Metrópole, insurgindo-se contra as ordens do Vice-Rei, administrando os negócios do Reino como melhor lhe parecia. E as autoridades do Reino, compreendiam e estimulavam mesmo essa dispersão de ordem político-administrativa, pois, em certos casos, somente ela podia manter certos núcleos de povoamento ligados à Coroa e seu domínio nominal sobre extensas e despovoadas regiões.

Se considerarmos porém, que cada Capitania, para maior eficiência da fiscalização das rendas e de sua defesa

estava dividida em comarcas, que se subdividiam em termos e distritos que cada um deles possuía autoridades próprias e estava separado de outros por grandes distâncias, que a falta de comunicações extremava, compreender-se-ia facilmente que a administração colonial não estava apenas dividida, mas, verdadeiramente "pulverizada" como bem classificou Oliveira Viana. E assim, cada Capitania, embora conservando todas as aparências de um único Governo do Capitão Geral é, destarte, no fundo e na realidade um conjunto heteroclítico e incoerente de governículos locais, possuindo todas as condições de autoridade soberana: a unidade política é nelas apenas uma feição vistosa, sem quase nenhuma objetividade prática. E agora essa "pulverização" do governo geral já não se fez apenas para atender aos interesses do fisco colonial e as necessidades de manter o domínio da Colônia. Processa-se à revelia das autoridades metropolitanas e, às vezes, contra a sua vontade, como uma imposição da imensa base geogrática, que não tem ao seu serviço a adequada rede de estradas e caminhos que permitam sua circulação social, econômica e política. Em consequência disso, o poder real também estava pulverizado, portanto sem meios para fazer valer a sua autoridade. A Colônia já não era um domínio da Metrópole, mas de milhares de funcionários civis e militares "capitães e sargentos-mores", "comandantes de destacamentos" e de "presídios", "ouvidoresmores", "juízes de fora", etc., - perdidos nos ermos do Reino, que não podiam chegar até eles com oportunidade e presteza necessárias. Eram obrigados, por isso, a recorrerem aos "fazedeiros", "senhores de engenhos", "potentados das minas" a que tudo pertencia em derredor e tudo resolviam, remediavam, julgavam e puniam. Essa independência de fato encontrava nos Senados das Câmaras, existentes em todas as vilas, um organismo político local que, de certo modo, a disciplinava. Órgão de caráter aristocrático, mas eletivo, tinha apenas função administrativa, regulando os problemas locais. Mas essas funções na prática se dilatavam, absorvendo atribuições de Governadores e de outras autoridades metropolitanas, o que dava ao Senado das vilas mais importância e crescente influência na direção dos negócios da Colônia. Mais tarde, junto a essa Câmara, onde predominava a aristocracia da terra, funcionavam os "juízes" ou "procuradores do povo" como representantes das aspirações populares, o que lhe deu um caráter verdadeiramente democrático. Constituíam, assim, esses órgãos da soberania popular de uma região, escola de governo próprio, onde se disciplinavam e organizavam os poderes arbitrários que se arrogavam os fazendeiros, senhores de engenho e grandes proprietários.

E tendo sempre em vista a "melhor arrecadação fiscal, a melhor política fiscal, melhor defesa fiscal", os órgãos administrativos da Metrópole se foram diferenciando, adaptando-se às condições locais.

Segundo refere Oliveira Viana, nas regiões agrícolas onde os fatores de aglutinação demográfica e política eram mais intensos, organizavam-se governos municipais estáveis, animados de grande vitalidade político-administrativa. Mais para o interior, na zona chamada dos "moradores dispersos", onde faltavam elementos para a organização de um governo municipal estável, criavam-se os "capitães-mores-regentes", verdadeiros ditadores que concentravam poderes do governo civil, político e militar da região. O mesmo acontecia nas regiões pastoris e naquelas em que o ouro fora recém-descoberto, onde apareceu o "capitão-mor das minas".

Nas regiões dos campos de ouro e de diamantes, em explorações, em que se acumulavam em torno das "catas", verdadeiros formigueiros humanos, a organização era inteiramente diferente. Havia ali, com efeito, um "capitão-general", dispondo de forças numerosas, uma "junta de arrecadação da Fazenda Real", uma "contadoria geral" e numerosos órgãos com funções específicas, como "as intendências do ouro, as guarda-mores das minas", "as casas de fundição", as "patrulhas volantes", para darem caça aos contrabandistas, etc. ilustra bem essa adaptação dos órgãos políticos às condições locais de trabalho e do grupo social que o produz, o "intendente de diamantes", que não era apenas o administrador, mas "um juiz privativo dos empregados nos serviços diamantíferos, dos habitantes, exercendo jurisdição, no civil, no crime e no contencioso".

No tocante ao Exército, o panorama de dispersão e diferenciação era o mesmo. Cada Capitania provia os elementos de sua defesa própria e era por ela responsável.

As pressões funcionavam, no entanto, como uma força centrípeta unificando em certas épocas e nas regiões onde se faziam sentir mais intensas, o mecanismo militar, com influência aglutinante sobre a organização político-administrativa. Para atender às necessidades de defesa de uma região, acorriam unidades de todos os pontos do território colonial, esquecidos momentaneamente de seus interesses locais. No Rio Grande do Sul, durante muito tempo, a organização militar se sobrepôs à organização política, através do "Governador Militar", dos "Capitães-mores de fronteira", "Guardas-avançadas", "Centros de Abastecimentos", "Guarnições Militares", "Tropas de Reserva", espalhados sabiamente pela fronteira e pelo interior. A uma ordem, partida de Porto Alegre, onde tinha residência o Governador-das-Armas, entravam esses órgãos em ação, numa conjunção harmoniosa de esforços para se opor ao inimigo no ponto por ele ameaçado. E com o agravamento da luta com os espanhóis, para lá acorreram Unidades de Milícias de várias Capitanias e tropas regulares do Reino confundindo-se no mesmo afã de dilatar o território da Colônia e de manter a posição daquela região.

3. CONCLUSÃO

Os três séculos de administração colonial, vistos em conjunto, refletem uma luta trissecular entre dois interesses fundamentais: da Coroa, tirando da Colônia tudo quanto ela pôde dar; o dos senhores da terra, transigindo com ela, não raramente contra ela, insurgindo-se, servido sempre por um profundo sentimento de amor à terra, de propriedade da riqueza que produz, das possibrlidades que tem para desligar-se da Metrópole, no momento mais oportuno. E essa luta não favorecia a unidade brasileira, antes trabalhava como elemento dissociador para seu fracionamento. De um lado o interesse fiscal do Reino multiplicou e disseminou exageradamente o mecanismo político-administrativo da Colônia, dissociando o

poder real. De outro, o poder dos homens da terza era forte regionalmente, mas não encontrara ainda um motivo de integração capaz de aglutiná-lo em torno de interesses gerais. Podia-se distinguir, então, em meio aos vários fatores fragmentários que trabalhavam em três regiões, com aspectos unificadores: a do Nordeste, onde imperava a nobreza canavieira; a do centro-sul, onde se situavam as riquezas das minas; a do extremo-sul, onde se movimentava e lutava o estancieiro, transtormado em "caudilho".

VII - FORMAÇÃO SOCIAL

A formação social no Brasil não se operou uniformemente; contingências de ordens geográficas, econômicas, político-administrativas, condicionaram a formação de vários grupos sociais, grandemente diterenciados nos seus fundamentos e propósitos, possuindo cada um deles características próprias.

1. A SOCIEDADE CANAVIEIRA

É a de formação mais antiga e foi, durante o Período Cojonial, a de maior estabilidade, poder político e econômico. Predominaram na sua estruturação as características psicossociais do luso, visíveis no acentuado individualismo, no apego desmedidido pelos títulos e honrarias, no conúbio do poderio econômico com a autoridade política. Ao patriarcalismo que serviu de base à sua estrutura, juntar-se-á o desinteresse pelas tarefas manuais e mecânicas em contraposição ao ardente desejo de possuir um título ou uma honraria. Era a procura do poder político, representado pelo bacharelato, os cargos eclesiásticos, a representação nos Senados das Câmaras, os postos na Organização Militar.

Repousava no latifúndio e no complexo do engenho. A casa solarenga, dominando as coisas é os homens, honrava como um castelo. Lá estava o senhor que tudo absorvia em derredor. Sua autoridade era imensa e incontestada. Quatro qualidades fundamentais foram, durante séculos, o apanágio da família do grande senhor rural: a fidelidade à palavra empenhada, a honradez, a respeitabilidade, a independência moral.

A estrutura dessa sociedade era vertical e fortemente definida. No topo da organização estava o senhor e a sua família ligados pelos laços da solidariedade parental, "Predominava nela o branco, português ou já nascido na América. Depois dele, vinham os agregados, colonos livres ou foreiros, capatazes, onde se misturavam brancos, mamelucos, mulatos, em permanente conflito com seus troncos originais. Por último estavam os escravos, trabalhadores do campo ou empregados domésticos, construindo diuturnamente a produção do engenho e a riqueza do senhor.

Como elemento de conciliação não faltava ao engenho o padre, adoçando a brutalidade do senhor e de seus familiares, aplainando as arestas da susceptibilidade do mameluco, mitigando o sofrimento do negro. A capela era o seu reino e sua influência imensa no seio da família patriarcal.

O prestígio social, as riquezas acumuladas, as tendências atávicas estimulavam o senhor de engenho a cuidar da educação dos filhos varões. O primogênito seria herdeiro do engenho e do título de morgado. O segundo seria, padre, formado num dos Colégios existentes na Colônia. O terceiro seria militar, comandante do Regimento de Milícia ou de Ordenanças. As mulheres aguardavam, pacientes e resignadas, que os pais lhes designassem o engenho (o noivo era geralmente um senhor de engenho ou herdeiro dele) com quem deveriam casar.

A escola em que esses senhores fizeram sua educação política prática foi o Senado da Câmara, organizado na vila ou na cidade. Suas atribuições não deviam ir além dos negócios municipais. Mas esses senhores poderosos os transformavam em órgãos de grande influência, que chegavam a suspender Governadores de suas funções e prender e pôr a ferros delegados reais, a falar de igual para igual ao próprio Rei.

Depois das lutas pela defesa do Nordeste, em que desempenharam papel relevante, em contraste com a tortuosa política metropolitana e seu pequeno esforço militar, esses senhores rurais foram aos poucos compreendendo que seus interesses eram muito diferentes dos da Metrópole e que bem podiam passar sem ela possuíam, então, todos os elementos para conduzir sua emancipação, mesmo no terreno militar. Possuíam um chefe incontestado e poderoso: o senhor de engenho. Motivos para deseiarem a mudança de um estado de coisas que tolhia sua liberdade, suas possibilidades de ascenção política e os asfixiava sob o peso de impostos cada vez maiores. Possuíam uma força armada, constituída de elementos que lhes eram dedicados ou submissos, adestrada em duros combates e capazes de conduzir com êxito a luta contra a Metrópole. Faltava-lhes apenas a coesão, que permitisse reunir num organismo único esses clãs patriarcais perdidos e isolados na imensidão da terra. No dia em que compreendessem a necessidade de se unirem em torno de interesses comuns, seriam livres e constituiriam uma Nação independente.

A SOCIEDADE PASTORIL

Nasceu no Nordeste, como subsidiária da sociedade canavieira. O gado foi o fato econômico que a estruturou. No início, foi constituída de pequenos proprietários e poucos elementos servis. A ela incorporou o índio, que encontrou em suas atividades ambientes sociais semelhantes ao seu. Depois veio o mameluco, deslocado, por sua susceptibilidade exagerada, da rígida estrutura da sociedade canavieira.

A adaptação dessas sociedades às terras impróprias para o cultivo da cana-de-açúcar, a necessidade de afastar o

gado das proximidades dos engenhos, a diminuta exigência de capitais para instalação da fazenda, criavam condições propícias ao seu internamento. E lá, nos horizontes largos das terras sertanejas, nasceu o latifúndio pastoril, conquistado ao íncola e ocupado pelo gado. Nasceram as grandes fazendas de gado, com sua sólida casa alpendrada, os currais de moirões, o moinho para o fabrico da farinha de mandioca, os teares para tecerem grosseiros panos de algodão, a engenhoca para o preparo da rapadura, os cavalos, os vaqueiros e, até mesmo, alguns escravos para atestarem a posição e a riqueza do senhor.

A liberdade nas áreas de criatório, a ausência da fiscalização e de autoridade metropolitana, a atividade econômica desenvolvida em torno de um bem que era mais de todos do que do senhor, desenvolveram o sentimento de solidariedade e cooperação nesse grupo social.

O senhor não se diferenciava muito do vaqueiro e pagava seus serviços com a própria produção dos rebanhos (a quarta ou terça, isto é, para quatro ou três bezerros nascidos um era do vaqueiro). A estrutura dessa sociedade era pois, horizontal. Tinha um chefe pelo poder econômico ou político, mas tinha também um companheiro que executava as mesmas tarefas dos demais e que, pelo trabalho, iniciativa e destemor, conquistara a liderança do grupo. Vivendo de pastagens e aguadas coletivas, essa sociedade se formou e cresceu no plano horizontal, repousando numa convivência cordial e amena, no conhecimento completo um dos outros, na confiança mútua, na honestidade. O respeito à propriedade era um ponto de honra e a injúria suprema, ser acoimado de ladrão. As questões de terras, de família, geravam lutas, que as vinganças prolongavam por muitas gerações.

Internada na agrestia do sertão, separada da sociedade litorânea, trabalhada por uma mentalidade própria, que dia a dia mais se diferenciava, criou-se, assim, nas áreas interioranas da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, do Ceará, uma sociedade livre, rústica, inculta, pobre, mas resistente e sóbria, capaz também de se emancipar e viver independentemente ou como retaguarda da sociedade canavieira.

Mais tarde, outro grupamento pastoril se formou e cresceu no extremo sul. Saído dos flancos da sociedade paulista e misturado aos elementos da sociedade pastoril do Prata, encontrou no gado selvagem do Continente de São Pedro os motivos de sua integração. Adaptou as técnicas indígenas e a tradição gauchesca da sociedade platina. Cresceu no ambiente da luta com os espanhóis e ganhou um espírito belicoso, sua característica mais visível. Politicamente se sentia atraído por dois núcleos: o brasileiro, radicado na zona litorânea, tendo como polo Porto Alegre; o platino, materializado por Buenos Aires. Entre os dois, Montevidéu era uma área disputada, que se poderia transtormar no ponto de equilíbrio dessas tendências opostas e converter-se no centro de formação de uma nova Nação.

3. A SOCIEDADE DO PLANALTO MERIDIONAL

Nasceu com as atividades agrícolas, desenvolvidas em torno de São Vicente, de Santo André da Borda do Campo, de São Paulo, de Piratininga. A inaptidão das terras para o cultivo do açúcar, a notícia do ouro do Peru, a agressividade do silvícola, as necessidades de mão de obra no Nordeste, conduziram-na à preação do índio, como atividade subsidiária na busca dos filões de ouro. Seu traço predominante foi inicialmente a Bandeira. Era uma composição harmoniosa das características sociais das três raças povoadoras, aproveitadas segundo suas melhores possibilidades. Do elemento português lhe veio o instinto do "pátrio poder" no sentido clássico. Do indígena, lhe veio a organização tribal, as técnicas de vida, o caciquismo. O chefe bandeirante exercia poder absoluto sobre os membros legítimos e bastardos da família, bem como sobre seus escravos e apaniguados. Era o pátrio poder reforçado pelo caciquismo. A autoridade incontestada e ilimitada estruturou essa sociedade no sentido vertical, repartida em duas classes bem definidas: a dos dominadores (brancos) e dos dominados (mestiços, escravos e índios). As condições de trabalho na bandeira eminentemente militar e o caráter bélico de suas atividades, lhe imprimiram uma disciplina autoritária.

A descoberta do ouro no planalto central e, posteriormente, a dos diamantes, teve dupla consequência. De um lado fixou a Bandeira. Do outro lado, levou a Metrópole a montar uma máquina administrativa opressiva, despótica, espoliadora. A fixação da Bandeira na área das "catas" atraiu importantes contingentes demográficos para essas regiões, multiplicando as necessidades de transporte e de alimentação. Houve êxodo de braços da região canavieira, entrada maciça de escravos vindos de fora e um crescente afluxo de gado às regiões mineiras. O parasitismo da Coroa e o afluxo de adventícios desencadeou as explosões nativistas de que são sinais, respectivamente, a Inconfidência Mineira e a luta entre Paulistas e Emboabas.

A exaustão das minas provocou a decadência da atividade mineradora. A bandeira se transformou então em elemento sedentarizado, entregando-se às atividades agro-pastoris.

Como traços salientes da psicologia dessa sociedade podem ser apontados o bairrismo e o orgulho. Os paulistas, desde o início de suas correrias pelos sertões, dificilmente admitiam a concorrência estranha. Quem não pertencia ao seu grupo era considerado mais do que intruso: era inimigo. A luta trágica e violenta contra os emboabas (primitivamente essa palavra era dirigida contra qualquer forasteiro fosse português ou não) exacerbou esse sentimento exclusivista do homem do planalto. Hoje essa vivência histórica explica sua permanência na alma paulista. O orgulho paulistano decorreu do "complexo de superioridade" do antigo bandeirante. Tinha suas raízes no passado heroíco das Bandeiras, cujos chefes, incorporando às suas personalidades algo de místico e lendário, transformaram-se em homens-símbolos, de grande prestígio social.

O respeito à palavra dada é ainda uma das características dessa sociedade, que tinha nele um ponto de honra.

VIII - INVASÕES ESTRANGEIRAS

INTRODUÇÃO

Os Estados Europeus, no início do século XVI, estavam divididos por ódios profundos e competições extremadas, que seriam agravadas por três acontecimentos: a Monarquia Nacional, a Reforma e o Advento do Capitalismo.

A Monarquia Nacional absorvera a maioria dos pequenos Estados Feudais e marcharia para o Absolutismo, abrindo caminho pela força e a violência.

A Reforma sairia do declínio do poder espiritual da Igreja sobre os Príncipes e Reis e de seu desprestígio popular, fruto de sua incapacidade para proteger o povo contra eles, e evoluiria condicionada por interesses diferentes. Para os Príncipes e Reis seria o meio de arrebatar da Igreja Romana, em proveito próprio, suas riquezas materiais, sua autoridade, seu imenso poder sobre as consciências. Para o povo seria o caminho para restituir à Igreja de Cristo sua força moral, única proteção que até então conhecera contra a brutalidade, a injustiça, a opressão dos poderosos. E, finalmente, para a própria Igreja seria à necessidade de voltar à pureza de suas origens para readquirir pela prática da virtude, da humildade, da abnegação, do sacrifício, a autoridade e o poder incontestados que por tanto tempo desfrutara.

Agravando esses conflitos políticos, sociais e morais ganharia nova força o Capitalismo, saído da riqueza acumulada nas cidades mercantis e agora tonificado pelo descobrimento de novas rotas marítimas e de terras onde o ouro de coleta abundava. O lucro fácil e o enriquecimento rápido plasmariam uma sociedade nova, devorada pela febre da empresa e da aventura. Já não seria a renda dos tributos rurais que sustentaria as despesas dos príncipes e dos reis, cada vez mais vultosas, mas a riqueza criada pelas trocas comerciais, pilhadas no mar ou em outras terras, resultantes da exploração de novas fontes de produção.

Essas contingências econômicas, políticas e sociais gerariam a revolução comercial, a navegação oceânica, a pirataria oficializada, as guerras religiosas, em que se envolveriam Portugal e Espanha, de um lado, e Inglaterra, França e Holanda, de outro, com reflexos imediatos sobre o Brasil. Vinculado à coroa portuguesa e pouco distante das rotas comerciais para as Índias e América Espanhola, o Brasil sofreria, com efeito, desde o início de sua colonização, várias e frequentes agressões ao seu litoral, que assumíriam a forma do comércio clandestino, visando a participar das novas fontes de riqueza, protegidos ciosamente pelo monopólio de seus descobridores; ataques de corsários, buscando entraquecer, indiretamente, o poder militar de Portugal e depois de Espanha; tentativas de fixação, a fim de explorar pela colonização sistemática e permanente seus recursos econômicos, particularmente o pau-brasil e o açúcar. Os portugueses e espanhóis, ao descobrirem as Índias e a América, monopolizaram a sua navegação e o seu comércio. E as invasões inglesas, francesas e holandesas explicam-se pelo princípio da luta do livre comércio contra o monopólio. “Foi justamente nessa luta em que taziam o papel de piratas ou corsário, que franceses, ingleses e sobretudo holandeses, começaram a formar esse imenso poder naval, essa supremacia marítima, que acabou por se substituir à dos seus rivais. O comércio livre foi a obra do individualismo, das empresas privadas: os governos europeus, por impotência, reconheciam o monopólio ibérico, o que não os impedia de auxiliar secretamente as tentativas contra aquele privilégio” (João Ribeiro).

OS FRANCESES

Em 33 anos (1500-1533), a atividade dos portugueses, no Brasil, se limitou à exploração de uma parte do litoral e a fundação das três feitorias de S. Vicente, Piratininga e Pernambuco.

Esse abandono da Metrópole, propiciando as ações dos corsários e piratas, principalmente de origem francesa, constituiu, de fato, perigo para as futuras aspirações da corte lusitana nas terras do Brasil. “Durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos portugueses ou aos franceses”. (C. de Abreu).

A partir de 1555 as tentativas dos franceses serão dirigidas não mais para a pirataria, mas, sim, para a fixação à terra e a sua consequente colonização.

1. A FRANÇA ANTÁRTICA

O almirante francês Nicolas-Durand de Villegaignon, julgando-se injustiçado pelo Rei da França, Henrique II, pressentindo, talvez, o agravamento das relações entre católicos e protestantes em seu país, concebeu o projeto de estabelecer uma colônia francesa no Brasil. Amigo de Calvino, desde a juventude mantinha, também, boas relações com o almirante Gaspar de Chatillon, Conde de Coligny, na época o mentor supremo das atividades marítimas de França. Conseguiu interessá-lo no seu plano, convencendo-o de que se tratava realmente “de fundar na América uma França nova, em que todos os Cristãos gozariam de liberdade de consciência”. Por seu intermédio, obteve autorização do Rei para executar seu projeto. Associou-se, depois, aos negociantes da Normandia e Bretanha; enriquecidos no comércio clandestino com o Brasil, e iniciou a organização da expedição. O local escolhido é a Baía de Guanabara e ali pretende instalar sua “França Antártica”, Estamos em 1555.

A ação é simples e sem resistência: ocupa a ilha da Lage e depois a de Serigi (água dos siris) onde constrói o forte de Coligny, mais tarde Villegaignon (nome trocado pelos portugueses).

Os portugueses estavam ausentes e não molestaram os invasores que por outro lado nada sofreram dos índios locais com quem fizeram imediata amizade.

Assim se passou o ano de 1556 e já em 1557, não só foram reforçados (Bois-Le Conte com 300 homens) como ainda pensaram mais seriamente na ligação da colônia a terra (historiador Jean de Lery, ministros e 5 jovens casadoiras).

Só em 1557 chegou à São Salvador o novo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, com a missão especial de expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Por outro lado, a convivência entre calvinistas e católicos gerou um ambiente de controvérsia religiosa, alimentado pelo espírito polêmico de Villegaignon. Este, desgostoso com os reveses sofridos na direção da colônia, convencido da impossibilidade de realizar seu plano de colonização, regressou à França em 1559. Os primeiros cuidados de Mem de Sá visaram a pôr ordem na administração e no governo da colônia e despertar a consciência do indígena para a nova situação, aldeiando-o e intensificando sua catequese. Depois começou a preparar a execução da principal tarefa que o trouxera ao Brasil: a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Desta forma, só em 1560 Mem de Sá vem ao Rio e, sem grandes dificuldades, derrota os franceses, que se internam no território brasileiro. Da ação desenvolvida por Mem de Sá convém ressaltar os seguintes erros, que terão influência mais tarde:

- Não tratou do estabelecimento de um núcleo de colonização portuguesa e nem mesmo deixou um destacamento de vigilância;
- Destruiu o forte de Coligny que lhe poderia servir de baluarte;
- Perseguiu as tribos dos tamoios, aliados dos franceses, dificultando a aproximação com os portugueses e facilitando, ao contrário, a amizade com os franceses.

Justamente devido aos erros de Mem de Sá, logo que este se retira, os franceses voltam à Baía de Guanabara; aí reconstroem o forte de Coligny e instigam os índios a atacarem os outros núcleos portugueses do litoral para expulsá-los, especialmente, o de São Vicente. É a "Confederação dos tamoios" que se levantam sob as ordens de Cunhambebe, cujo ódio aos portugueses e tremendo arrojo ofensivo só arrefeceram com a intervenção dos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, que conseguem o armistício de Iperoig, estabelecendo-se uma trégua.

Estácio de Sá vem de Portugal com a missão específica de expulsar os franceses e, realmente, consegue se estabelecer nas proximidades do Pão de Açúcar, onde lançou os fundamentos de uma povoação, em 1º de março de 1565, dando-lhe o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro. A luta com os franceses é indecisa por dois anos, pois os recursos são muito poucos para os portugueses, enquanto os invasores contam com o apoio decidido dos indígenas. Somente em 1567, Mem de Sá, contando com o reforço de uma esquadra vinda de Portugal, acorre em socorro de Estácio de Sá. A 20 de janeiro as posições francesas são atacadas; depois de longo e cruento combate, em que Estácio de Sá foi ferido por uma flecha, os franceses foram derrotados. Era o fim da França Antártica e, também, do bravo Estácio de Sá.

Em 1º de março desse mesmo ano, Mem de Sá, tendo em vista que a povoação de São Sebastião estava muito exposta aos ataques inimigos, dada sua proximidade da entrada da baía, resolveu transferí-la para local mais abrigado e de mais fácil defesa. Escolheu-o no morro do Castelo e transferiu para lá os fundamentos da povoação. Salvador Corrêa de Sá foi nomeado, em substituição a Estácio de Sá, para governá-la.

Os franceses, expulsos da baía de Guanabara, se fixaram em Cabo Frio e, partindo de lá, faziam constantes incursões pelo litoral com cooperação dos tamoios. A insistência francesa ao Rio de Janeiro e a necessidade de ocupar a costa este-oeste, até então vagamente conhecida, levou a coroa portuguesa a dividir em 1572 o Governo Geral do Brasil em dois. Um, com sede em São Salvador, teria jurisdição sobre a zona costeira de Ilhéus para o norte. O outro, abrangeria o território de Porto Seguro para o sul, teria sede no Rio de Janeiro, e atenderia à defesa da costa sul. Os benefícios desta divisão não se fizeram esperar: o reduto francês de Cabo Frio, sua base de operação, foi submetido após rigoroso cerco. Os estrangeiros foram enforcados, grande número de índios, seus aliados, foram mortos ou escravizados, e o restante internou-se na floresta. Extinguiu-se a influência dos franceses sobre esta região.

Em 1577, recompôs-se o Governo Geral do Brasil.

2. TENTATIVAS DE FIXAÇÃO DOS FRANCESES NO NORDESTE BRASILEIRO

a. Introdução

Com a morte do Cardeal D. Henrique, último representante da Dinastia de Aviz, em Portugal, abriu-se profunda crise na sucessão da coroa portuguesa. Nada menos de sete pretendentes disputaram o trono de Portugal. Destes, Felipe II, Rei de Espanha, estava apoiado pelo clero e parte da nobreza lusitana. Seu competidor mais credenciado era D. Antônio, filho ilegítimo de D. Luiz. Era o mais popular, com o apoio de Catarina II, Rainha de França, que abrira mão de suas pretensões em seu favor e conquistara as simpatias dos comerciantes e camponeses lusos. Resistiu, portanto, à pressão e ao suborno de Felipe II, se fez aclamar Rei e entrou triunfalmente em Lisboa. Felipe II não se conformou e mandou invadir Portugal por um exército sob comando de Duque de Alba. Era a guerra. As forças de D. Antônio se chocaram com as espanholas e foram desbaratadas. D. Antônio se refugiou na cidade do Porto e Felipe II foi aclamado Rei de Portugal em Lisboa. Em 1581, as Cortes portuguesas, reunidas em Thomar, reconheceram Felipe II como Rei de Portugal, e D. Antônio, após resistência inútil, embarcou para França. Portugal e Espanha com suas vastíssimas possessões, na América, Ásia e África, unidos sob o cetro de Felipe II, constituíram um império rico e poderoso, onde o sol nunca se punha".

Esse fato teve grande repercussão na vida política, social e econômica do Brasil. Diluiu a linha demarcadora de

Tordesilhas, propiciando sua expansão territorial; favoreceu a emigração espanhola e portuguesa, injetando sangue novo em sua massa demográfica; abrasileirou os portugueses nele radicados, muito mais livres e independentes na colônia do que na própria pátria. Em compensação, atraiu sobre suas costas abertas e indefesas, particularmente as do Nordeste, mais aproximadas da Europa, os golpes dos poderosos inimigos de Espanha: Inglaterra, Holanda e França. Os franceses, expulsos do sul, não tardariam, pois, a renovar, no nordeste e norte do Brasil, suas tentativas de conquista e de fixação.

b. Os franceses no Maranhão

Desde muito os franceses negociavam com os índios no litoral norte. Em 1594, Jacques Riffaut e Charles Des Vaux se estabelecem no Maranhão e obtêm grandes lucros. Animados com o sucesso voltam à França e aí pensam em conquistas de maior envergadura. Conseguem, assim, uma grande expedição às ordens de La Ravardiere que chega ao Maranhão em 1612. Na ilha que hoje tem este nome, funda o forte de São Luís, em homenagem ao Rei de França, Luiz XII. Os franceses não encontram dificuldades uma vez que as costas eram completamente desguarnecidas e pouco vigiadas. Obtêm também o apoio, a estima e a amizade dos indígenas, o que contribuiu para a instalação, com segurança e habilidade, da “França Equinocial”.

Felipe II, rei de Espanha, decidiu enfrentar decisivamente a situação e designou Gaspar de Souza governador geral do Brasil com instruções especiais e amplos poderes para organizar a defesa da costa este-oeste e conquistar o Maranhão. Gaspar de Souza encarregou Jerônimo de Albuquerque, “Capitão da Conquista”, e Diogo de Campos para dirigir as operações. A expedição empreendida foi uma operação combinada por mar e por terra: Diogo de Campos bate os franceses em Guaxanduba (1614) e depois, Jerônimo de Albuquerque estabelece, com eles, uma curta trégua à espera de reforços. De Recife chega Alexandre de Moura com forte contingente forçando os franceses à rendição final e completa (1615). Encerrava-se o sonho da França Equinocial e se abria a luta pela conquista da Amazônia.

3. A DISPUTA DA REGIÃO DO CABO NORTE

As terras entre o delta do Amazonas e rio Oiapoque, ou Vicente Pinzon, também chamadas do Cabo Norte, foram teatro de longa e difícil luta entre espanhóis e portugueses, de um lado, e holandeses, ingleses, irlandeses e franceses de outro. Toda a orla atlântica do Cabo de Horn ao Golfo do México fora descoberta pelos nautas luso-espanhóis, plantando-se nelas, mais tarde, descontínua e esparsamente, postos militares e mercantis, sinais icos da soberania das duas nações sobre esse vastíssimo litoral. A Holanda, a Inglaterra e a França, concorrentes de Espanha e Portugal no domínio das terras recém-descobertas, procuram quebrar a continuidade da posse luso-espanhola sobre o litoral atlântico, estabelecendo-se, aqui e acolá. O Governo espanhol sabia, desde 1615, da presença de ingleses, holandeses e irlandeses nas terras amazônicas e as informações obtidas pormenorizavam que mantinham contatos cora os indígenas, comerciavam com eles, construíam fortificações que se poderiam transtormar, em curto prazo, em posições militares difíceis de serem destruídas.

Em 1616 o Conselho das índias, fundamentado nessas intormações, expedia instruções aos luso-brasileiros, para que logo se concluísse a “empresa do Maranhão”, fossem combatidos os intrusos na Amazônia. Essa decisão contrariava em parte os interesses da coroa espanhola, pois abria excelente oportunidade à expansão lusitana para o norte e o oeste, ameaçando suas possessões no Peru e na Venezuela. Mas os estabelecimentos venezuelanos não tinham possibilidades de executar uma missão dessa natureza estando eles próprios expostos a rudes e frequentes ataques de ingleses e holandeses. Foi necessário, portanto, apelar para o concurso dos luso-brasileiros, que acabavam de dar, no Maranhão, uma demonstração vigorosa de capacidade militar. De 1616 a 1631 a luta seria contra holandeses, ingleses e irlandeses, marcada no plano político pela fundação de Belém e a organização do Estado do Maranhão, em 1621, diretamente subordinado à Metrópole e abrangendo as terras do Ceará ao rio Oiapoque. Em 1634, Felipe II doou a Bento Maciel Parente a Capitania do Cabo Norte, que se estendia para o norte do cabo desse nome ao Rio Oiapoque, e, para oeste, “pelas terras dentro do rio das Amazonas arriba da parte do canal que vai sair ao mar oitenta para cem léguas até o rio dos Tapajusus”. Por outro lado, o Governo francês; desde 1605, vinha fazendo repetidas concessões de terras entre o rio Amazonas e a ilha de Trindade. Mais uma vez, portanto, se iriam chocar os interesses franceses e luso-espanhóis no Brasil e desta vez numa luta tenaz que perduraria até 1713 e cujos reflexos se fazem sentir, ainda hoje, na demarcação da fronteira brasileira com a Guiana Francesa, ponto de fricção de consequências imprevisíveis.

Em 1615, os luso-espanhóis davam início ao reconhecimento da costa amazônica. A missão foi confiada a Francisco Caldeira Castelo Branco que, em 1616, levantou o forte do Presépio. Em 1621 criou-se o Estado do Maranhão, com a finalidade de apoiar a conquista da Amazônia e, dezesseis anos mais tarde, era criada a Capitania do Cabo Norte. Desde 1604 os franceses tinham relações comerciais com os índios da Guiana e realizavam tentativas de fixação, abandonadas, ora, pela aspereza do clima, ora pela hostilidade dos indígenas. Em 1633, uma Companhia comercial francesa fundou um povoado na ilha do Cocumbo, origem remota da atual Caiena. A incipiente colônia cresceu lentamente sofrendo os influxos da política europeia; esteve em mãos dos holandeses, posteriormente foi dos ingleses, até 1679, quando retornou aos franceses. O novo governador. De Ferroles, revelou grande capacidade administrativa e deu início à infiltração de franceses nos domínios portugueses.

Os portugueses, livres da dominação espanhola, encetaram vigorosamente à colonização da região, estabelecendo fortificações e povoações na margem norte do Amazonas. Aos jesuítas foi confiada a missão de converter o

gentio e manter a região dentro da soberania portuguesa. A dupla ação missionário militar preparou a Capitania para conter os franceses que, em 1688, passaram a exigir que os portugueses abandonassem a margem norte do Amazonas. Da disputa epistolar passaram à luta armada; a fortaleza de Macapá foi atacada em 1697 e, após ser abandonada: pelos portugueses, foi novamente retomada, sendo os franceses repelidos. O primeiro lance da partida pela posse do Cabo Norte fora favorável aos brasileiros.

O século XVII expirou numa atmosfera de grande tensão internacional, decorrente do problema da sucessão da coroa espanhola. Luís XIV, rei de França, como pretendente, procurou aproximar-se de Portugal, para tê-lo como seu aliado na sucessão. Depois de longas negociações firmou-se, em março de 1700, um Tratado Provisório, neutralizando a zona contestada. Os franceses poderiam penetrar no território vindos de Caiena até o Amazonas e os portugueses até o Oiapoque. Em junho de 1701, o Tratado Provisório anterior foi reconhecido como definitivo e perpétuo. Em 1703, porém, Portugal alia-se à Inglaterra abandonando a aliança com a França. Esta, absorvida pela guerra, não poderia dar atenção à questão, que seria resolvida no fim da guerra da sucessão espanhola com o Tratado de Utrecht.

4. OS ATAQUES FRANCESES AO RIO DE JANEIRO

Frustrados os projetos franceses para conquistar uma região da costa brasileira, onde pudessem estabelecer um entreposto seguro e permanente para servir de ponto de apoio ao comércio que entretinham ativamente, entre o Brasil e a Europa, o Governo francês recorreu à ação diplomática para obter favores da coroa portuguesa. Inicialmente, exigiu que o comércio de bandeira francesa gozasse dos mesmos privilégios que Portugal concedera ao da Inglaterra e Holanda. Não sendo atendido, passou a prestigiar e apoiar os corsários franceses, cujas atividades se tornaram mais intensas e ousadas, atacando e aprisionando navios portugueses, espanhóis e ingleses no Atlântico. A Guerra da Sucessão da Espanha, em que se envolveu Portugal, ao lado da Inglaterra e da Holanda, serviu de motivo para que esses atos de pirataria no mar se transformassem em ataques desabridos às cidades costeiras das colônias espanholas e portuguesas que lhes oferecessem possibilidades de saque compensador. Por esse tempo o sul do Brasil prosperava aceleradamente.

O Rio de Janeiro gozava em toda a Europa a fama de uma cidade opulenta saída natural do ouro produzido em Minas Gerais, e sobre ela iria incidir a ação dos piratas franceses, oficializada pelas cartas de corso. Resultaram dessas condições gerais os ataques de Duclerc em 1710 e o do almirante Duguay-Trouin, em 1711, ao Rio de Janeiro.

A enfermidade de Carlos II, Rei de Espanha, tornara próxima a extinção da casa dos Habsburg, precipitando o problema de sua sucessão. Havia, nele, dois aspectos a considerar: o dinástico, resultante de suas ligações de família com a casa de França e da Áustria, e o político que decorria do equilíbrio de poder das potências europeias, interessando particularmente à Inglaterra e à Holanda. As ligações dinásticas da casa de Espanha indicavam três pretendentes à sucessão de Carlos II: Luís XIV, Rei de França, Leopoldo I, da Áustria. O terceiro pretendente era o príncipe Joseph Ferdinand, Príncipe Eleitor da Baviera.

No plano político, Inglaterra e Holanda não podiam consentir que as coroas da França e da Espanha se unissem, pois isso representaria uma combinação de poder naval que às afastaria da competição no comércio mundial. Igualmente, a combinação de poder terrestre da Áustria com o da Espanha afetaria a segurança de seus interesses no continente. Sendo assim, desde 1698 vinham desenvolvendo grandes esforços diplomáticos para chegarem a uma solução conciliatória do problema da sucessão de Carlos II. À revelia da França e da Áustria e sem conhecimento de Carlos II, Inglaterra e Holanda negociaram um tratado, repartindo a Espanha e suas colônias entre o Príncipe Eleitor da Baviera e o Arquiduque Carlos, sobrinho de Carlos II. Informado dessas negociações, e desejando evitar a divisão do reino espanhol após sua morte, Carlos II fez o Príncipe Eleitor da Baviera, seu único herdeiro. Mas, em 6 de fevereiro de 1699 morreu o sucessor designado pelo rei de Espanha e a questão se reabriu. A Inglaterra e a Holanda negociaram novo Tratado de Partilha da Espanha, em 13 de março de 1700, mas Carlos II anulou essa combinação angloholandesa, proclamando Felipe, neto de Luiz XIV, seu sucessor. Com a morte-de Carlos II, em março de 1701, Luiz XIV proclamou Felipe Rei de Espanha, com o título de Felipe V, e tomou providências para coroar o novo Rei, sentenciando: “não há mais Pirineus”. A Inglaterra e a Holanda reagiram imediatamente, organizando, em 1701, a Grande Aliança, com a cooperação de Leopoldo I e outros duques espanhóis da Europa para fazer guerra à França e Espanha.

Portugal aderiu à Grande Aliança e firmou com a Inglaterra, em dezembro de 1703, o Tratado de Methwen, que concedia amplas facilidades, aduaneiras à entrada dos têxteis ingleses no reino e suas colônias, abrindo caminho ao domínio inglês sobre suas atividades comerciais, com reflexos importantes na orientação de sua política internacional. Em consequência, Luís XIV autorizou que se hostilizassem os súditos portugueses em terra e no mar, concedendo cartas de corso aos que as solicitassem.

(1) 1ªExpedição - Duclerc - Governava a capitania do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, que, tendo recebido reforços de Portugal e das capitanias vizinhas, designou Gurgel do Amaral para preparar à defesa da cidade. A frota de Duclerc chegou ao Rio de Janeiro em agosto de 1710 e sentindo o perigo a que se exporia, se tentasse forçar a entrada da baia de Guanabara, desembarcou em a cidade.

Atingindo a região hoje conhecida como Engenho Velho, aí travou luta contra as primeiras defesas, que retraítam sucessivamente combatendo até atingirem o local da atual Praça 15. Aí os franceses foram cercados e Ducelere feito prisioneiro. Deve-se destacar a disposição do povo para defender a cidade, o entusiasmo com que acolheu a convocação do governador e o modo resoluto com que se bateu nas ruas.

Um fato que deslustrou a vitória portuguesa foi o assassinato de Duclerc, na prisão, em circunstâncias não esclarecidas convenientemente.

(2) 2ª Expedição - Duguay-Trouin - A derrota de Duclerc, seguida de seu assassínio, aliada às esperanças de imensa presa, levaram o almirante Duguay-Trouin a conceber um projeto de ataque ao Rio de Janeiro. Do Rei de França obteve aprovação para esse projeto e as tropas e navios necessários à sua execução para "vingar a morte de Duclerc, punindo Portugal por meio de uma investida contra a sua florescente colônia, ao tempo em que levaria a glória das armas francesas a regiões distantes e se locupletaria, sem dúvida, empresas de valor inestimável".

A expedição chega ao Rio, de surpresa, em setembro de 1711 e, aproveitando-se do denso nevoeiro e do fogo inoperante dos fortes que defendiam a sua entrada, penetra na baía e conquista a Ilha das Cobras. Precedidos de forte bombardeio à cidade, os franceses desembarcaram nas praias do Valongo. A resistência é oposta pelo bravo Gurgel do Amaral, porém o governador é incapaz e covarde. "Contrastando com a resistência apresentada, quando da invasão anterior, os nossos sentiam-se cada vez mais desanimados ante a má orientação do governo e a inépcia da maioria dos chefes. Apenas alguns bons patriotas e sobretudo os estudantes chefiados por Gurgel do Amaral tentavam defender com vigor a cidade. O governador não soube contemporizar a situação até a chegada dos reforços de Minas Gerais, nem sequer negociar as condições em que seria feita a capitulação." Apesar dos protestos, a cidade se rende e é entregue ao saque. Quando 6 dias depois chegam os reforços de Minas nada mais há de fazer. O resgate da cidade foi pago pontualmente e, mesmo, com o afundamento por temporais de alguns navios franceses, o ouro e as mercadorias trazidas do Rio de Janeiro deram para pagar a expedição e distribuir lucro aos interessados.

5. CONCLUSÕES

Os propósitos franceses de se estabelecerem no litoral brasileiro contribuiram consideravelmente para a colonização e formação territorial do Brasil. Logo após o descobrimento, suas atividades comerciais clandestinas obrigaram os portugueses a organizar as expedições guarda-costas, a fundarem as primeiras feitorias, pesando, depois, na decisão da Metrópole de instaurar o regime de Capitanias Hereditárias.

A tentativa de fixação, no Rio de Janeiro, contribuiu para um melhor conhecimento do litoral, para tecer os primeiros liames de solidariedade entre os colonos e para fundação da povoação do Rio de Janeiro, novo foco de colonização entre os de S. Vicente e Salvador. A união das coroas de Portugal e Espanha, sob Felipe II, levou os franceses, que combatiam de longa data os interesses espanhóis, a realizarem esforços mais intensos e continuados para criar nas terras, agora luso-espanholas, situações definitivas. Em contrapartida, conter esses audaciosos, projetos e estabelecer em bases sólidas o domínio luso-espanhol na costa É atlântica da América do Sul, passou a ser objetivo fundamental na política colonial da Espanha. Criaram-se, assim, as decisões que determinaram a irradiação persistente e contínua do núcleo pernambucano a direção norte. A invasão do Maranhão conduziu, inicialmente a um esforço de colonização entre Pernambuco e Maranhão, definindo melhor a posse portuguesa do litoral este-oeste. Posteriormente este esforço se dilatou até o extremo norte com a fundação de Belém, em 1616, excelente base de operações para a conquista da Amazônia. Dalí partiria, em 1637, a expedição de Pedro Teixeira indo até Quito e, assinalando, no regresso, com um marco plantado na confluência dos rios Napo e Aguarico, o limite ocidental do domínio luso na vastidão despovoada e desconhecida do vale imenso.

Em abril de 1713 foi assinado o Tratado de Utrecht entre a França, a Inglaterra, a Holanda, Sabóia, Prússia e Portugal, estabelecendo as condições de paz entre essas potências, envolvidas na Guerra de Sucessão de Espanha.

Neste Tratado, a França desistia de "toda e qualquer pretensão sobre as terras chamadas do Cabo Norte" bem como reconhecia "que as duas margens do rio Amazonas pertencem toda em propriedade a Portugal".

Definiam-se assim, clara e definitivamente, os limites das possessões portuguesas e francesas na América do Sul, encerrando mais de dois séculos de disputa militar pela posse do território colonial do Brasil.

AGRESSÕES INGLESAS

1. ATAQUE DE CORSÁRIOS INGLESES

Sendo Portugal um aliado perpétuo da Inglaterra, pouco sofreu o Brasil de parte dos ativos corsários ingleses, nas sete primeiras décadas do século XVI. Protegidos pelos favores da coroa portuguesa, ingleses comerciaram pacificamente com o Brasil, não raro associados aos portugueses, auferindo lucros abundantes. As atividades dos corsários ingleses estavam, então, preferentemente voltadas para o mar das Antilhas, onde trafegavam os navios espanhóis abarrotados com o ouro coletado nos templos e nos palácios dos Aztecas e dos Incas.

Mas a união de Portugal e Espanha sob o cetro de Felipe II, em 1580, modificou essa situação. A competência político-comercial que se estabelecera, entre a Espanha, de um lado, Inglaterra e Holanda do outro, agravada pelos progressos da Reforma nesses países, converteu-se em guerra franca e declarada ao monarca poderoso, que pretendeu constituir-se em sustentáculo do Catolicismo. A partir dessa data o torso inglês e holandês se transformou em arma político-militar, que visava a atrair as forças espanholas para longe da Europa e estancar, ou pelo menos diminuir, o fluxo contínuo de recursos de toda espécie que, partindo das áreas coloniais luso-espanholas, nutria e sustentava o crescente e absorvente

poderio de Espanha. O Brasil, com sua crescente e valiosa produção de açúcar e seus estabelecimentos e cidades costeiras indefesas, era um objetivo que servia maravilhosamente a esses propósitos militares. E os ingleses não o pouparam.

Os principais ataques dos ingleses à costa brasileira foram:

- expedição de Fenton em 1583, a Santos. Não obteve êxito pois quando se preparava para atacar a cidade foi surpreendido por uma pequena esquadra espanhola que pôs em fuga os ingleses.

- expedição de Withrington, em 1587, à Bahia. Após saquear alguns navios carregados de açúcar foram atacados pelos habitantes de Salvador que lhes infligiram tantos danos que os obrigaram a abandonar a cidade.

- expedição de Thomas Cavendish, em 1591, a Santos. Atacou a povoação de surpresa (era véspera de Natal), obtendo êxito. Saqueou os depósitos, armazéns e navios surtos no porto. Permaneceu dois meses na localidade só se retirando quando mais nada havia a saquear. Retirou-se de Santos na direção do estreito de Magalhães. Retornou a Santos tentando novamente saquear a localidade; desta vez encontrou ampla reação retirando-se com grandes perdas. Fez uma tentativa em Vitória sendo, também, repelido pela população, auxiliada por índios.

- expedição de James Lancaster, em 1595, a Recife. Os ingleses, de parceria com franceses, atacaram a povoação obtendo, inicialmente, êxito. A população refugiou-se em Olinda e impôs aos invasores uma luta de guerrilhas que tornou insuportável a sua permanência em Recife. Os ingleses retiraram-se levando, porém, valiosa presa.

As tentativas de colonização no Brasil pelos ingleses se localizaram na Amazônia.

Data de 1616 a primeira tentativa de colonização pelos ingleses nos rios Amazonas e Xingu. Rapidamente outras povoações surgiram no rio Gurupá e na margem esquerda do delta Amazônica na região dos Tucujus. A reação comandada por Bento Maciel, Pedro Teixeira e Pedro Favela, arrasou em 1624 e 1625 os estabelecimentos dos ingleses que estavam associados aos holandeses.

A guerra entre a Inglaterra e a Espanha deu nova oportunidade aos ingleses para renovar sua aventura no Amazonas. Em 1628 a colônia do Tucujus foi restaurada; Pedro Teixeira e Pedro Favela atacaram-na destruindo-a completamente.

Outras tentativas foram feitas, em 1630 e 1631, sendo repelidas pelos portugueses, sempre auxiliados pelos índios.

De um modo geral, com exceção das incursões realizadas sobre a Amazônia, as expedições inglesas não passaram de simples ato de pirataria e saque.

As incursões inglesas ao delta do Amazonas trouxeram, por fim, a colonização da Guiana Inglesa (atual Guiana) e o aceleramento da integração da Amazônia ao território brasileiro.

AGRESSÕES HOLANDESAS

1. ANTECEDENTES

Em 1492, por decreto do Tribunal de Inquisição, 800.000 judeus abandonaram a Espanha. Os judeus estavam profundamente enraizados na economia espanhola, da qual detinham boa parte do capital, além de serem os comerciantes mais capazes e opulentos.

De início, muitos deles encontraram guarida em Portugal; pouco depois foram também expulsos desse Reino, refugiando-se então na Inglaterra e nos Países Baixos.

Em 1549, foi a vez de 400.000 mouros abandonarem a Espanha. Os mouros, particularmente os árabes, eram agricultores adiantados e praticavam a arte mecânica, constituindo a mão de obra especializada de muitas atividades úteis.

Essas duas medidas, que tanto tinham de políticas como de sectarismo religioso, foram causa direta da desorganização da economia espanhola e da passagem posterior da maioria dos lucros que obtinha no comércio com as colônias para as mãos de ingleses, alemães, holandeses etc. A Espanha confiscara o capital judeu e árabe, mas não sabia como manejá-lo; foi, então, parar em outras mãos mais hábeis, não raro a dos próprios judeus da Inglaterra e dos Países Baixos.

As chamadas províncias dos Países Baixos passaram, por sucessão, a Carlos V, rei de Espanha, que lhes deu franquias muito amplas. Com a abdicação de Carlos V passaram ao governo de Felipe II, seu sucessor.

A Reforma promovida por Lutero, no princípio do século XVI, espalhou-se rapidamente pela Europa. Nos Países Baixos, as Províncias do Norte (constituiriam a Holanda) se declararam pela Reforma e as do Sul (constituíriam a Bélgica atual) permaneceram católicas. A Espanha, em face da Reforma, tornou-se o sustentáculo da cristandade e Felipe II se arvorou em “último Imperador de fato da herança Romana”. Essa atitude o levou à luta religiosa contra todos os reformistas e intervir severamente na Holanda para sustar a marcha do calvinismo. A pressão espanhola levou os nobres holandeses a se rebelarem; o movimento se propagou às massas poptlares, dando origem aos incêndios de igrejas e queima de imagens católicas.

Felipe II enviou, então, à Holanda o Duque de Alba com um exército de 20.000 homens, que restabeleceu a ordem, executou vários insurretos e exilou outros. Wiliam Orange, um dos exilados, reuniu tropas e invadiu o país. O povo, submetido pelo Duque de Alba ao pagamento de duros impostos, apoiou esse movimento, que ganhou substância e rapidamente se espraiou. Depois de vários anos de luta (1572-1579), as províncias submetidas se uniram e proclamaram a independência sob a chefia de Wiliam Orange (1581). A Inglaterra correu em socorro do novo Estado e depois da destruição

da Invencível Armada (1588), levou a Espanha a concertar com a Holanda a Trégua de Doze Anos (1609-1621), que era praticamente o reconhecimento da República Batava.

O calvinismo penetrou na Holanda pouco depois de sua aparição e nela se consolidou, exercendo profunda influência na sua evolução econômica e social. O calvinismo, como doutrina religiosa, reabilitou o lucro, "colocando-o no mesmo nível de respeitabilidade do salário do trabalhador e da renda do proprietário territorial". Calvino aplaudiu o estímulo do juro e viu nas virtudes econômicas as verdadeiras virtudes. Deus, para ele havia de ser glorificado não apenas pela oração, mas sobretudo, pelo trabalho, pela ação. Só o trabalho "torna o corpo são e forte e cura as doenças produzidas pela ociosidade".

A Holanda, organizada como República oligárquica independente, estava governada por uma burguesia comercial e financeira com vários interesses ultramarinos e foi profundamente estimulada pela doutrina calvinista. Nenhuma outra potência realizava o comércio mundial na escala com o que fazia a Holanda. O Banco de Amsterdam, anterior quase um século ao da Inglaterra, fundado em 1609, operava em bases capitalistas. As companhias de comércio, que mobilizavam frotas poderosas e tinham sob suas ordens verdadeiros exércitos, não teriam existido se não houvesse na Holanda capital nacional abundante e uma organização financeira própria, cujas operações, o calvinismo, come doutrina religiosa, aplaudia e cujos desmandos absolvia.

Em 1580, com a união das coroas portuguesa e espanhola, Felipe II fechou os portos da Península Ibérica ao comércio holandês. Os navios holandeses foram confiscados em portos espanhóis e portugueses, obrigando a Holanda a procurar as matérias-primas de que carecia em suas fontes de produção. Organizou-se, então, a Companhia das Índias Orientais, em 1602, para concorrer com o monopólio luso-espanhol. Em 10 anos de operação se apoderou de todo o comércio com o Oriente, produzindo lucros fabulosos.

Durante a Trégua de Doze-anos (1609-1621) os armadores holandeses concentraram-se na construção de numerosos navios. Em 1620, completou-se a organização da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, destinada a entreter o comércio com a África, e a América, Em 1621, auxiliada diretamente pelo governo holandês, comecou a operar, libertada que fora pela terminação da trégua, anteriormente, acordada.

2. CAUSAS DA GUERRA HOLANDESA

a. Remotas

- A evolução do mercantilismo econômico, na Holanda, em franca evolução para o capitalismo, com a entrada dos judeus expulsos da Espanha e Portugal, a fundação do Banco de Amsterdam e a liberdade da doutrina calvinista, no que respeita a dignificação do comércio e do lucro.
- A emancipação das Províncias do norte dos Países Baixos do domínio da Espanha e sua organização em República Oligárquica, graças às influências do calvinismo e à ajuda da Inglaterra.

b. Imediatas

- A união das coroas de Espanha e Portugal, em 1580, sob Felipe II, e a política deste, envolvendo a Espanha nas lutas religiosas que se feriam na Europa, tendo como inimigos a Inglaterra, a Franga e a Holanda (Guerra dos Trinta Anos).
- A proibição das naus holandesas frequentaram os portos da península ibérica, levando a Holanda a iniciar, através das Companhias de Comércio, a luta pelo domínio do comércio mundial.
- O êxito, obtido pela Companhia de Comércio das Índias Orientais em sua luta pelo domínio das rotas comerciais para o Oriente e a trégua concertada com a Espanha, permitindo consolidá-lo e forjar o instrumento para a luta pelo domínio das rotas comerciais com a América, através da Companhia das índias Ocidentais.
- Fraqueza militar do Brasil, que tinha no Nordeste uma área de grande valor econômico e capaz de servir de base de operações para interferir no comércio luso-espanhol.

3. OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO

Antes da guerra transoceânica entre a Holanda e o Brasil, navios holandeses visitaram as costas da colônia. Em 1599, uma expedição, comandada por Oliver Von North, reconheceu o litoral, particularmente entre Espírito Santo e São Vicente. Em 1604, outra expedição, a de Van Garden, forçou o porto da Bahia, aprisionando um navio carregado e incendiando outro. Em 1614, a expedição de Spilberg saqueia a cidade de Santos. Todos esses fatos corroboram a ideia de que a Holanda já se preparava para combater a "política oceânica" da Península Ibérica.

4. PRIMEIRA INVASÃO (1624-1625)

a. Situação político-militar

Unido desde 1580 à Espanha, Portugal mantem suas colônias e tem como governo um Regente. A Espanha, em período de decadência, acha-se em guerra com a Holanda, França e Inglaterra.

A Holanda, por seu turno, está em pleno apogeu e faz política imperialista através das Companhias de comércio. Em guerra com a Espanha, aliada à França e à Inglaterra, decide atacar o Brasil e estabelecer uma colônia na sua costa leste com finalidade de interferir com mais eficiência no comércio hispano-português.

b. Teatro de operações

Em 1624, a cidade do Salvador, além de ser a sede do governo geral do Brasil, apresentava sinais evidentes do seu desenvolvimento e prosperidade. O povoamento adensava-se em torno da cidade e o "Recôncavo baiano encontrava-se pontilhado de engenhos florescentes, a agricultura e a criação estavam desenvolvidas e essa prosperidade refletia-se no comércio de Salvador, que assim começava a tornar-se uma povoação grande e forte".

c. A invasão

Embora os preparativos dos holandeses fossem mantidos em segredo, Portugal deles teve conhecimento. O governador geral, Diogo Furtado de Mendonça, auxiliado pelo Bispo D. Marcos Teixeira, tomou as providências de recrutar defensores e reforçar as guarnições das diversas fortificações. Os holandeses retardaram o seu ataque e os defensores, pouco a pouco, esqueceram o perigo, voltando às suas ocupações normais.

Depois de 4 meses de espera; surgiu, em 8 de maio de 1624, a esquadra holandesa comandada por Willekens, tendo como auxiliares, Pieter Heyn e o Coronel Van Dorth. A guarnição portuguesa estava muito desfalcada pois os recrutados já haviam se retirado para a zona rural.

A população foi tomada de pavor e começou a fugir; as defesas são vencidas pela esmagadora superioridade dos atacantes, o governador é feito prisioneiro e os holandeses se tornam dono da cidade.

d. A reação

Surpreendidos com a vitória fácil, ocupados com o saque e o apresamento dos valores, os holandeses não perseguiram os portugueses e baianos que se fixaram no Arraial do Rio Vermelho (a 6 léguas de Salvador). O Bispo assumiu a chefia do governo local e organizou um sistema de guerrilhas que conseguiu manter os holandeses dentro do perímetro da cidade o que lhes dificultava grandemente a permanência na Bahia, impedindo-os de alargar a conquista e fazendo-os depender quase integralmente da Holanda.

A ocupação da Bahia causou sensação e sobressalto nas cortes de Lisboa e Madri e uma frota hispano-portuguesa, sob o comando de Fradique de Toledo, chegou a Salvador no dia 29 de março de 1625 encurralando a esquadra holandesa surta no porto.

Acossados por mar e por terra, reduzidos à zona da cidade, os holandeses terminaram por capitular; os reforços chegam atrasados e nada podem realizar.

5. EXPEDIÇÃO DE CORSO

Em 1627, Pieter Heyn voltou à Bahia, cujo Recôncavo saqueou, conseguindo boas presas. Em 1628, outra expedição holandesa conseguiu apoderar-se da ilha de Fernando de Noronha, logo restituindo-a.

6. SEGUNDA INVASÃO (1630-1654)

a. Causas da nova invasão

As informações colhidas pelos holandeses sobre a, precária defesa do litoral do Nordeste brasileiro, a prosperidade da indústria açucareira aí existente e a necessidade de defender os capitais holandeses nela investidos, através de portugueses.

- O mal êxito do ataque desencadeado contra a Bahia, os prejuízos decorrentes desse fato e o inesperado reforçamento do tesouro da Companhia, obtido com o apresamento de uma armada espanhola.

- A riqueza da indústria açucareira na área do Recife, o precário estado da defesa dessa área, criando condições favoráveis para o desencadeamento de um novo ataque holandês ao Brasil.

b. Situação de Pernambuco

Era, na época, uma das mais ricas e prósperas Capitanias do Brasil. Com uma população superior a 30 mil habitantes, possuía algumas localidades florescentes, além de inúmeras aldeias e povoação em franco desenvolvimento. A sua agricultura era representada principalmente pelas extensas plantações de cana, algodão e fumo.

Para o interior encontravam-se grandes criações de gado e algumas indústrias extrativas de valor.

A posse de Recife significava para os holandeses uma base de operações no Nordeste de forma a permitir futuras expansões e investidas.

c. Primeiro Período do domínio holandês (1630 - 1637)

Em fevereiro de 1630, uma grande frota holandesa, comandada por Lonck, ataca Recife. Depois de 15 dias de lutas desesperadas, as tropas defensoras se rendem. O governador Mathias de Albuquerque, vendo que não é possível manter Recife, incendeia o porto, abandona a cidade e vai estabelecer no Arraial de Bom Jesus uma defesa à base de guerrilhas apoiadas em estâncias-redutos.

Pouco a pouco, foi crescendo o número de defensores do Arraial: senhores de engenho, com os seus escravos, índios aldeados e aventureiros. O índio Felipe Camarão (Poti) e o preto Henrique Dias distinguiam-se entre os mais valorosos auxiliares de Mathias de Albuquerque com as suas famosas Companhias de emboscada. As guerrilhas não davam trégua aos invasores e levavam nítida vantagem, a tal ponto que, pouco depois os holandeses não ousavam ir muito longe de seus redutos.

Repetia-se em Pernambuco o que ocorrera seis anos antes na Bahia, isto é, os holandeses dominavam o mar mas não conseguiam expandir-se.

Em 1631 chegaram reforços holandeses sob o comando de Pater; os luso-espanhóis também reforçaram suas forças com elementos conduzidos por D. Antônio Oquendo cujo desembarque os holandeses tentaram impedir.

As duas esquadras se encontraram em setembro, na altura dos Abrolhos, com sucesso para Oquendo que conseguiu desembarcar os reforços que conduzia.

Os holandeses, em dezembro, tentaram se apoderar da Paraíba mas foram repelidos. Atacaram o Potengy e também não lograram sucesso.

Em 1632 receberam a adesão de Calabar que entrara em conflito com as autoridades coloniais portuguesas. Essa adesão trouxe grandes benefícios aos holandeses, pois Calabar conhecia bem o teatro das operações e os processos de operar dos luso-brasileiros. No ano seguinte, os holandeses realizaram vários ataques para expandir a área de ocupação em Recife, dirigidos contra Rio Formoso, Afogados, Arraial, Goiana, Barra Grande e Muribeca. No Rio Grande do Norte conseguiram se apoderar do forte dos Três Reis Magos. Em 1634, conquistaram a Paraíba e a ilha de Fernando de Noronha.

Em junho de 1635, a Arraial de Bom Jesus caiu em mão dos holandeses bem como Porto Calvo e a região do cabo de Santa Agostinho. Mathias de-Albuquerque face a esses insucessos decidiu retirar-se para Alagoas conduzindo 8.000 pessoas. Continuando para o Sul retoma Porto Calvo onde é preso Calabar e enforcado. Em agosto, Mathias chegava a Alagoas, reunindo-se às forças de Bagnuolo. No fim do ano de 1635, Mathias de Albuquerque é destituído do comando e substituído por D. Luiz Rojas e Borjas. O novo comandante decidiu atacar os holandeses em Porto Calvo e conseguiu ocupá-lo. Animado pelo Sucesso, quis impor a batalha ao inimigo e foi derrotado na região da Mata Redonda. Porto Calvo passou a servir de base ao reinício da campanha de guerrilhas.

Já 7 anos eram decorridos e os resultados da conquista ainda não se apresentavam promissores para a Companhia das Índias Ocidentais. A situação econômica não satisfazia aos holandeses e tampouco aos brasileiros, pois faltava tranquilidade para o trabalho e para a vida.

d. Segundo período do domínio holandês - (1637 - 1644)

As conquistas holandesas já eram de molde a exigir da Companhia das Índias Ocidentais um administrador capaz e chefe de valor. Em janeiro de 1637 chega a Recife, Maurício de Nassau, nomeado, pela Companhia, Governador das terras conquistadas ou a conquistar.

Esse período marcou a administração do Conde Maurício de Nassau, sendo inegável o surto de progresso experimentado pelo Brasil holandês durante sua gestão.

Sua ação administrativa, consubstanciada na fórmula de primeiro plantar para depois colher os frutos, "granjeou-lhe o título de dirigente invulgar". Dentre os diversos atos da administração nassauviana, alinham-se como dignos de registro:

- O respeito à propriedade rural, que ficou em mãos dos luso-brasileiros, confiando-se aos holandeses as atividades comerciais;
- A vinda de intelectuais europeus, que deram grande renome ao Brasil, no exterior;
- A organização da câmara dos Escabinos, constituída com 55 representantes da Capitania, a primeira Assembleia Legislativa criada na América e que funcionou de agosto a setembro de 1640;
- A tolerância religiosa, que permitiu vivessem em paz luso-brasileiros e holandeses;
- A remodelação do Recife, que foi dotada do bairro Mauricéia, com casas de fachadas de azulejos e de pontes sobre o rio Capiberibe.

Maurício de Nassau cuidou de consolidar o domínio holandês. Em 6 de março atacou Porto Calvo, defendido pelo conde de Bagnuolo, obtendo a vitória do rio Comandutuba e logo depois a rendição da fortaleza. Marchou daí até o rio S. Francisco, mandando levantar duas fortificações na margem norte para marcar os limites do Brasil Holandês.

Ao norte, Nassau ocupava, quase sem resistência, o Ceará.

Em 1638 atacou a Bahia sendo repelido com grandes baixas. No ano seguinte se dá a vinda da armada do Conde da Torre que é derrotada pelos holandeses na batalha das Pontas das Pedras.

Em 1640, uma revolução em Portugal restaurou a independência do Reino. Ocupado com a guerra contra a Espanha em que visava consolidar a sua independência, Portugal firmou com a Holanda uma trégua de 10 anos em que reconhecia a posse holandesa sobre as terras que conquistara e, a seus súditos, o direito aos engenhos e terras de que tinham apossado.

Desrespeitando a trégua os holandeses ampliaram os seus domínios, ao norte, com a ocupação de São Luís do Maranhão e ao sul até o rio Real, em Sergipe.

Em 1642, Muniz Barreiros desencadeia a revolução do Maranhão contra o domínio holandês, recebendo reforços vindo do Pará e do Ceará. Dois anos mais tarde os holandeses abandonam São Luís.

Em março de 1644, Nassau regressa à Holanda; o governo, que o substituiu, se tornou antipático pela sua intolerância. Nassau, espírito muito evoluído e de família nobre, tinha em vista a formação de uma verdadeira colônia em bases sólidas e, por isto, desenvolveu as instalações locais, promoveu o desenvolvimento industrial e comercial. Em vez de conduzir a conquista Para a exploração imediata das riquezas, seu principal objetivo é a conquista da amizade dos nativos, a exploração territorial da colônia. Isto desagrada a direção da Companhia das Índias Ocidentais que, composta de negociantes e exploradores, só se interessa pelos dividendos imediatos. Esta disputa é altamente prejudicial à própria Companhia e altamente benéfica para os defensores que, com o afastamento consequente de Nassau, ganham o maior tempo para a vitória qué se aproxima.

e. Terceiro período do domínio holandês (1644 - 1654)

(1) As causas da insurreição pernambucana

João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Antônio Dias Cardoso foram os articuladores da insurreição, que contou com o apoio disfarçado do governador geral em face da trégua acertada.

Aponta-se como causas dessa insurreição as seguintes:

- O rompimento do armistício por Nassau, promovendo a conquista do Maranhão e de Sergipe.
- Os abusos praticados pelo governo holandês, após a saída de Nassau, tais como os confiscos de tesouros, enterrados, as prisões de senhores de engenho, o arbítrio, a violência e intolerância religiosa, exacerbando os ressentimentos.
- O êxito, obtido com a insurreição desencadeada pelos senhores de engenho do Maranhão, seguido da expulsão dos holandeses do Ceará, mostrando, praticamente, que os invasores não eram tão fortes como pareciam e que podiam ser vencidos, também, na área de Pernambuco.
- A consciência, de que os interesses da Metrópole estavam em oposição aos da colônia e que cabia a esta encontrar uma saída para a situação angustiante, que se criara na Capitania com a assinatura do armistício.
- O poder e a experiência militar dos senhores de engenho, criando possibilidade para uma luta vitoriosa contra as forças holandesas e a esperança nos auxílios que lhes prometera a Metrópole, através do governador geral.

(2) A evolução dos acontecimentos

A insurreição rebentou na Paraíba e, embora não obtivesse exito, exigiu que os holandeses mantivessem ali grandes efetivos.

Em março de 1645, os senhores de engenho comprometidos na insurreição assinaram em cartório um compromisso para libertar a Capitania de jugo holandês.

As operações começaram com um incidente em Ipojuca e o primeiro combate notável trava-se no Monte das Tabocas onde os luso-brasileiros alcançam completa vitória.

Em seguida, Vieira se apodera do Cabo e decide sitiar. Recife, organizando o Arraial Novo do Bom Jesus (a 6 quilômetros ao sul de Recife). Em princípio de 1648, se apresenta no Arraial o General Barreto de Menezes com credenciais do governo de Lisboa para comandar os rebeldes.

(3) Primeira batalha dos Guararapes

A posição dos holandeses era precária pois, sitiados no Recife, não podiam manter ligações com os núcleos isolados na Paraíba, em Sergipe e em Alagoas. Para isso seria necessário destruir a posição do Arraial Novo de Bom Jesus e a chegada dos reforços iria proporcionar-lhes meios para tentarem realizar essa tarefa.

Os insurretos, apesar dos sucessos obtidos, careciam de meios para tomar a ofensiva. A batalha trava-se em 19

de abril de 1648 com a derrota dos holandeses.

Depois de Guararapes, os holandeses reocuparam Olinda mas toram logo repelidos; tentaram ocupar a Bahia sem sucesso.

(4) Segunda Batalha dos Guararapes

Quase um ano depois da derrota dos holandeses nos montes Guararapes, resolveu o Conselho da Companhia, no Brasil, levantar o cerco de Recife.

Em 19 de fevereiro de 1649, trava-se a 2ª Batalha dos Guararapes e os holandeses foram, novamente, surpreendidos e derrotados.

(5) Acontecimentos finais

Os holandeses, após essa nova derrota, recolheram-se ao Recife, onde se achavam sitiados. Nos anos de 1650-51, ainda tentaram algumas investidas e incursões pela Várzea, mas sempre sem sucesso. Em 1652, a Holanda entrou em guerra com a Inglaterra, perdendo, também, a supremacia no mar.

Em 1653, chegou ao Brasil uma esquadra da Companhia de Comércio, criada em Portugal, para fazer concorrência à sua congênere holandesa e, ao mesmo tempo, apoiar a insurreição visando a expulsão definitiva dos flamengos.

Em 26 de janeiro de 1654 assinou-se a capitulação da Campina de Taborda cujas condições de paz desgostaram os colonos. Portugal foi obrigado a pagar aos holandeses uma indenização e abrir os portos ao comércio de navios holandeses, nas mesmas condições da Inglaterra. Em consequência, novos impostos foram lançados sobre os colonos para pagar esses compromissos.

7. Consequências da Guerra Holandesa

- Preseverou a unidade cultural da Colônia, impedindo, que um grupo numeroso de população de etnia, crença, língua, costumes diferentes dos que nela existiam, se radicassem numa área, que, pela sua posição, cindiria irremediavelmente, em dois segmentos costeiros, à área colonial.
- O aumento do efetivo demográfico, a melhoria da circulação política e social na área, permitiram melhores contatos, entre seus diversos núcleos de população, intensificando as trocas de influências culturais e ampliando o sentimento de solidariedade regional.
- O amálgama étnico, que se vinha processando no Nordeste, se consolidou à base de uma miscigenação realizada através de contatos afetivos e de sacrifícios realizados por todos em defesa de uma causa comum, fazendo surgir um sentimento patriótico de caráter, ainda, regional.
- Exacerbou-se o antagonismo luso-brasileiro, quando os colonos tiveram consciência, de que a Metrópole, não trepidaria em sacrificar os interesses deles, colonos, para defender os seus próprios, fortalecendo desta maneira o sentimento autonomista e de autodeterminação existente na área.

IX LUTAS MILITARES NO PRATA

Os portugueses perderam várias oportunidades de se apossar da margem esquerda do rio da Prata. A primeira quando da expedição de Nuno Manoel, em 1513, que descobriu e navegou pela primeira vez aquela bacia do Prata. A segunda, em 1532, quando El-Rei em carta a Martim Afonso de Souza, revelou o plano de dividir em capitanias todo o território espraiado entre Pernambuco e o rio da Prata. Na doação das capitanias não se aproveitou do território à margem esquerda do Prata para o estabelecimento de uma capitania hereditária. Assim mais de um século se passou e, afora as manifestações dos bandeirantes, o Rio Grande permanecia entregue ao gentio e às reduções jesuíticas espanholas.

A Bula Papal de 1676, criando o bispado do Rio de Janeiro e estendendo a sua jurisdição até o rio da Prata, deu a D. Pedro 11, de Portugal, o motivo para colocar na barranca setentrional do estuário, o marco extremo sul da dominação lusa. E assim expediu o regente ordens a D. Manoel Lobo para que “depois de tomar conta do governo do Rio de Janeiro, desça ao rio da Prata e na ilha de São Gabriel, firme as fortificações necessárias e uma nova Colônia”. Nesse mesmo ano foi fundada Laguna pelo paulista Domingos Brito Peixoto.

Em 1º de janeiro de 1680, Manoel Lobo fundou, em frente às ilhas de São Gabriel e na margem esquerda do rio, a colônia do Sacramento.

a. Causas da fundação da colônia do Sacramento

Em 1680, os portugueses, apoiados pela Capitania Geral do Rio de Janeiro, implantaram, na margem norte do estuário do Prata, uma Colônia fortificada, que visava servir de núcleo à colonização daquela região considerada como

pertencente a eles de acordo com o direito firmado pelo Tratado de Tordesilhas, alterado pela Escritura de Saragoza, de 1520. As causas que os levaram a essa decisão foram as seguintes:

- A consolidação da conquista e da colonização na faixa costeira, de São Vicente ao rio Oiapoque, e o êxito obtido na dominação do estuário do Amazonas, criando possibilidades para o domínio de toda bacia desse rio e de desviar seus recursos para atender tarefas, até então, adiadas.

- O melhor conhecimento da geografia e da etnografia do Tontinente, completado com a Bandeira de Raposo Tavares (1646-1651), permitindo-lhes chegar à consciência da existência de uma unidade geográfico-etnográfica e dar organização política e a identificação dos limites naturais, que poderiam conformá-la, no interior, ao longo do Madeira-Mamore ou Guapore-Paraguai-Paraná-Prata.

As concessões feitas pela Espanha, no Tratado de Paz de 1668, reconhecendo como válidas as conquistas portuguesas, realizadas no período de 1580 a 1640, e a possibilidade de dar-lhes sanção jurídica através do instituto do "uti possidetis" de fato.

- O exaurimento do poder espanhol, na Europa, duramente atingido pelas guerras, em que se envolvera na Europa, entre 1540 e 1670, e no momento histórico, ainda, engajado no Velho Continente.

- A necessidade de dominar o estuário platino, ou pelo menos obter o condomínio dele, através da neutralização da base de Buenos Aires e da Colonização intensiva de sua área norte, a fim de criar condições para dominar a linha fluvial interior e transtormá-la em limite do futuro espaço colonial no Brasil.

- O atrativo, que oferecia o comércio legal e extralegal no estuário do Prata, conhecido e explorado durante o período de 1580 a 1640 o que poderia ser, novamente, aproveitado mediante o porto de Colônia do Sacramento e outros que se instalaram na área após ser dominada.

- As possibilidades que se abriam ao comércio português caso fosse obtida a liberdade de navegação nos rios Paraná e Paraquai.

b. As lutas em torno da Colônia

O governador de Buenos Aires, José Garro, logo que teve conhecimento da presenca dos portugueses no rio da Prata, reuniu 3.000 índios das Missões jesuítas e em agosto de 1680 essa força tomou de assalto a nova colônia. Na Europa, essa notícia causou sensação e uma comissão foi nomeada para dirimir, não só essa questão, mas também a posse das Molucas. Daí resultou o tratado provisional de 1681 que regulou as divergências portuguesas e espanholas sobre a origem dá contagem das léguas estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas. Em consequência, a Colônia do Sacramento foi devolvida a Portugal e rapidamente prosperou.

Nos primórdios do século XVIII, a Europa está agitada pelo problema sucessório da Espanha; Portugal alia-se à coroa ibérica que, no Tratado de 1701, reconhece como definitiva a posse portuguesa sobre o território da Colônia do Sacramento.

Mas, já em 1703, Portugal renovou sua aliança com a Inglaterra, contra a Espanha, no Tratado de Methwen. Felipe V como represália deu ordem ao governador de Buenos Aires para que se apoderasse da Colônia. Assim, nada menos de 6.000 soldados e índios aldeados sitiaram a praça portuguesa; após 6 meses de sítio (1705), os portugueses conseguem romper o bloqueio e abandonam a Colônia aos espanhóis.

Ao término da guerra da sucessão espanhola o Tratado de Utrecht estipula a entrega à Portugal da Colônia o que é feito em 1716. O representante português recebe sob protesto, em virtude de lhe ter sido adjudicado, pelos espanhóis, sômente o terreno “que não ultrapasse o alcance de um tiro de canhão”.

Em 1723, os portugueses informados de que os espanhóis se preparavam para fundar Montevidéu, decidiram antecipar-se na execução dessa medida, que neutralizaria de vez a Colônia, como posto militar avançado. Nesse mesmo ano uma expedição portuguesa desembarcou na enseada de Montevidéu e começou a fortifica-la. O Governador de Buenos Aires, Bruno Zavalha, pro testou imediatamente junto aos portugueses e, não tendo recebido explicações satisfatórias, reuniu pessoal e material para expulsar os intrusos. Sem meios para resistirem, os portugueses retiram se para o Rio de Janeiro.

Com a aprovação de Madrid, os espanhóis povoam, com fortes guarnições, Montevidéu e Maldonado. Os espanhóis acharam a solução do problema e a Colônia do Sacramento continuaria, por mais 9 anos, a sua vida precária.

Em 1735, aproveitando-se de graves incidentes que, por motivos fúteis, puseram Espanha e Portugal às portas da guerra, o Governador de Buenos Aires, Miguel Salcedo, à frente de numerosa força de 5.000 homens, na sua maioria composta de índios das Missões, atacou a Colônia. Defendia-a Antônio Pedro de Vasconcelos que resistiu ao ataque.

Em janeiro de 1736, chegam reforços para os portugueses e Salcedo se retira sem ter logrado atingir seu intento. O Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade preparava uma expedição, sob o comando do Brigadeiro Silva Pais, a fim de apoderar-se de Montevidéu. Pais chegou ao rio da Prata, em setembro, mas como encontrasse Montevidéu fortemente defendida, desistiu de atacá-la.

O Armistício de Paris, assinado em 1737, estipulou que cessassem as hostilidades entre os portugueses e espanhóis na América. Nesse mesmo ano, Silva Pais, tendo recebido ordem para retirar-se para o Rio Grande, desembarca nas proximidades da barra do Rio Grande, fortificando e explorando a região. Em carta dirigida a Gomes Freire, Silva Pais lhe dizia que a ocupação do Rio Grande era mais útil ao Brasil, do que a tomada de Montevidéu.

A refrega de 1735-37 servira para convencer os espanhóis e portugueses da necessidade de procurar limites

mais de acordo com os conhecimentos geográficos do que com Tordesilhas.

E, assim, com essa compreensão, auxiliada pelo parentesco das coroas, chegar-se-ia a um acordo pacífico que, embora revogado mais tarde, havia de prevalecer, um dia e servir de base a acordo definitivo entre os descendentes de espanhóis e portugueses, na América do Sul.

c. Guerra Guaranítica

Em 1750 foi celebrado o Tratado de Madrid entre a Espanha e Portugal. A colônia do Sacramento revertia à Espanha em troca dos Sete Povos das Missões. Três anos mais tarde, em reunião celebrada na Ilha de Martin Garcia resolveram os demarcadores do Tratado de Madri atacar os índios das Missões que não tivessem sido evacuados até agosto de 1753.

No fim de 1753, a transmigração dos índios das Missões havia chegado a um ponto morto. Era manifesta a reação contra a determinação do Tratado. Embora atribuída, por alguns, aos jesuítas, é fácil compreender e justificar a natural reação dos Tapes ou Guaranis. O que parece lógico é que alguns, senão todos os curas, procurando fazer cumprir a sentença, tenham deixado transparecer o que a eles, também repugnava, que de alguma forma, terá encorajado a resistência. Mais de meio século abrangia a obra civilizadora dos jesuítas; sabiam defender-se das espoliações e reconheciam o desprezo que lhes votavam os governos espanhóis. Entre os índios já surgiam curiosas personalidades de líderes com perfeito conhecimento de sua missão e com à boa dose de assimilação da civilização europeia. Os primeiros a se insurgir foram esses, contra a determinação do Tratado e aparente esforço de acomodação dos padres missioneiros. O primeiro sinal de luta foi o encontro dos índios com os demarcadores. Parou a demarcação. Os índios só obedeceriam pela força. Passada a fase dos protestos, eles passaram a se preparar para a guerra.

(1) Primeira campanha

Assim, em março de 1754, os representantes dos dois governos resolveram atuar contra o território dos Sete Povos, numa ação de duplo envolvimento e simultânea. Os espanhóis, pela falta de recursos, agravada pelos rigores do inverno, retrocederam sem ter feito junção com os portugueses. Estes, em face da retirada dos espanhóis, celebraram uma trégua com os índios, após terem atingido o cerro de Botucaraí.

(2) Segunda campanha

Desta vez, espanhóis e portugueses decidiram antes, de empreender qualquer ação, concentrar seus exércitos. Em fevereiro de 1756, travou-se o combate de Caaibaté (nas proximidades de Cacequi), em que os índios foram completamente batidos.

d. Ofensiva Espanhola contra o Sul

O Tratado de Madri desagradara a portugueses e espanhóis. Em face dessa reação, D. José de Portugal e D. Carlos de Espanha resolveram anulá-lo, assinando o Tratado de El Pardo em 1761. O meridiano de Tordesilhas continuaria sendo a linha divisória entre as possessões das duas coroas e a colônia do Sacramento seria restituída a Portugal.

(1) Primeira campanha contra o Rio Grande

O ano de 1762, passaram-no Portugal e Espanha em luta, em virtude do “Pacto de família” da Espanha e França contra Portugal e Inglaterra. Na América do Sul, D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, se apresenta em frente à Colônia do Sacramento e a conquista. Prosseguindo em sua campanha vitoriosa, apossou-se dos fortes de Santa Teresa e São Miguel e entrou na vila de São Pedro em maio de 1763. O Tratado de Paris, assinado em 1 de fevereiro, mandava restituir aos portugueses todas suas colônias na América, África, Indias Ocidentais na situação em que estavam por força de Tratados anteriores. Ceballos, porém, só restituiu aos portugueses a colônia do Sacramento, conservando em seu poder a ilha de Martim Garcia, Dos Hermanos e o Rio Grande do Sul. Os portugueses tentaram reagir e conseguiram repelir os espanhóis para a margem sul do canal do Rio Grande.

(2) Segunda campanha contra o Rio Grande

D. Juan Vertiz y Salcedo, governador de Buenos Aires, decidira expulsar, em 1773, os portugueses para o norte do rio Jacuí. Para isso, utiliza-se da Coxilha Grande, chegando até Rio Pardo. No caminho, fundou o forte de Santa Tecla, nas proximidades de Bagé. Dividiu suas forças e foi derrotado no seu ataque à vila de Rio Pardo, refugiando-se na vila de São Pedro. Em 1775, é nomeado comandante-geral das forças portuguesas no Rio Grande, o General Bohn, que recebe a

missão de reconquistar os estabelecimentos perdidos. Na noite de 1 para 2 de abril, as forças de Bohn atacaram a guarnição espanhola ao sul do canal do Rio Grande e se apoderaram dos fortes que mantinham. No interior, Rafael Pinto Bandeira se apoderou do forte de Santa Tecla e depois do forte de São Martinho (região da atual Santa Maria), considerada a chave dos Sete Povos.

(3) Excursão a Santa Catarina e destruição de Colônia

Em virtude dos acontecimentos ocorridos no Rio Grande, o governo espanhol decidiu enviar à América uma grande expedição “para vingar o ultraje feito à soberania espanhola”.

No porto de Cadiz foram reunidos 9.000 homens e uma poderosa frota de guerra. Criou-se o Vice-Reinado do Rio da Prata e foi nomeado Vice-Rei, D. Pedro de Ceballos a quem caberia o comando-em-chefe da expedição. Ceballos decidiu que o desembarque inicial fosse feito em Santa Catarina, a fim de cortar as vias de transporte com o Rio Grande e, posteriormente, por via marítima ou terrestre se fosse atacar os postos portugueses na barra do Rio Grande em combinação com as forças de Vertiz y Salcedo.

No dia 22 de fevereiro de 1777, os espanhóis chegaram na costa de Santa Catarina e desembarcaram na enseada de Canavieiras, ao sul da vila de Nossa Senhora do Desterro na ilha de Santa Catarina. Defendia-a uma força de 2.000 homens que não resistiu ao ataque espanhol, tendo capitulado praticamente sem lutar. Ceballos tomou posse solenemente da ilha em nome do Rei de Espanha reembarcando a seguir com a intenção de reunir-se às forças de Vertiz y Salcedo na enseada de Castilhos, tendo deixado na ilha um contingente de ocupação. Ceballos, entretanto, ao que parece, informado da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, foi desembarcar em Maldonado. Daí marchou para a Colônia do Sacramento, que ocupou e arrasou inteiramente, em 6 de julho de 1777. Depois disso, pretendeu ainda marchar contra o Rio Grande mas não pôde fazê-lo em virtude de ter recebido ordens terminantes da Corte para que sustasse qualquer ato de hostilidade contra os portugueses. Firmara-se então o Tratado de Santo Ildefonso, que regulava novos limites entre as possessões espanholas e portuguesas na América do Sul.

e. A Intervenção de 1801

Em 1801, Espanha e França declararam guerra a Portugal que, aliada à Inglaterra, não reconhecera a Convenção francesa. Napoleão resolveu ferir a Inglaterra através do seu tradicional satélite; ofereceu a Carlos IV de Espanha parte do reino lusitano. Na península ibérica, houve apenas um simulacro de campanha porque as duas coroas não queriam combater. Mas na América do Sul, entretanto, a guerra entre Portugal e Espanha serviu de pretexto aos colonos portugueses para atacarem as povoações em poder dos espanhóis em virtude das estipulações do Tratado de Santo Ildefonso.

Sebastião da Veiga Cabral, Governador do Rio Grande tomou a ofensiva na direção de Cerro Largo e, ao sul do rio Pardo, simultâneamente, uma coluna comandada pelo Coronel Manuel Marques de Souza partiu das margens do rio Jaguarão e tomou Cerro Largo, em outubro; outra, sob o comando do Ten-Cel Patrício José Correia da Câmara saiu do rio Pardo e bateu as forças comandadas pelo Coronel O. José Inácio Quintana.

Concomitantemente Manuel dos Santos Pedroso com um grupo de vinte civis atacou o forte de São Martinho e dele se apoderou. Logo depois José Borges do Canto com mais 15 compahheiros dirigiu-se contra São Lourenço. Juntando-se a Pedroso, atacaram depois o povo de São Miguel, aprisionando D. Francisco Rodrigo, Governador das Missões de aquém Uruguai. Os dois caudilhos, operando em combinação, conquistaram assim os Sete Povos das Missões e estabeleceram uma linha de vigilância no Uruguai. O Governador do Rio Grande resolveu, então, nomear o Sargento-Mor José Castro Morais comandante da Província das Missões.

A esse tempo, porém, com a chegada da notícia da paz, celebrada por Espanha e Portugal, a 6 de junho, em Badajoz, as hostilidades foram suspensas, ficando os lusos com o território das Missões, terras ao norte do rio Jaguarão e rio Quaraí. A leste, as terras ocupadas pelos lusos englobavam as vertentes da Lagoa Mirim e Cerro Largo. Estava rompida a fronteira do Tratado de Santo Ildefonso.

f. Influências da Colônia de Sacramento

Em conclusão se poderá dizer, que a influência da Colônia de Sacramento na formação do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai se verificou:

(a) Brasil

- No povoamento do território ao sul de Santa Catarina, pois a maioria das cidades sul-riograndenses nasceu em função das necessidades militares, que ela originou.
- Na posse do território do Centro Oeste que serviu de compensação às perdas impostas aos portugueses no Sul. pelo Tratado de Madrid e de Santo Ildefonso.
- Na posse dos territórios das Missões riograndenses, graças à ação dos “caudilhos”, que a reocuparam em

1801.

- Na mudança da Capital de São Salvador, para o Rio de Janeiro e na criação da Capitania do Rio Grande, transformada em Base Militar.

- No aproveitamento das qualidades positivas dos “caudilhos” sul-riograndenses em tarefas de interesse nacional, anulando-se assim os fermentos de desagregação, que poderiam ter produzido e atraindo-os para a órbita portuguesa.

- Na segurança da fronteira sul do Império pela criação de um “Estado Tampão” e na tradição de sentinela da Pátria que cimentou a formação militar é cívica do povo riograndense.

(b) Argentina

- No fortalecimento progressivo de Buenos Aires, que acabou sendo consagrada como o coração do Vice-Reinado, agravando o antagonismo entre Buenos Aires e Assunção e entre o litoral e o interior.

- No aumento do poder militar de Buenos Aires, permitindo-lhe lutar contra a reação legalista partida de Montevidéu.

- Deu ao “caudilho” platino o ensejo de aparecer uum cenário militar, fazendo sua aprendizagem para a guerra civil que ensanguentaria a bacia do Prata.

- No esfacelamento do Vice-Reinado do Rio da Prata.

- No apasiguamento das pretensões regionalistas dos “caudilhos” da Mesopotâmia.

- Na segurança de Buenos Aires e depois da Argentina pela criação de um pequeno “Estado-Tampão”.

(c) Uruguai

- No povoamento da Região ao norte do Rio da Prata.

- Na criação do Governo Autônomo de Montevidéu (1751) e a sua transformação em base militar.

- No desenvolvimento e fortalecimento do sentimento regionalista, de que resultou o partido que lutaria pela Independência completa do Uruguai e na feição legalista da população de Montevidéu.

- Tornou possível o jogo político dos “caudilhos” platinos, de que resultou a independência do país.

- Na garantia da Independência do Uruguai por dois grandes estados, o que o colocou como fiel de balança no equilíbrio do Prata e lhe abriu amplas possibilidades de progresso.

(d) Paraguai

- Pelo deslocamento do poder político da Colônia, de Assunção para Buenos Aires, possibilitando o crescimento e a pujança dessa região, agravando-se assim o antagonismo do interiorlitoral que sua posição geográfica ensejava.

- Pela contribuição que deu à expulsão dos Jesuítas, desorganizando a ordem econômica e social das reduções do Paraguai, com reflexo na vida posterior dessa República.

- Pelas repercussões qué teve nos limites, entre a Intendência do Paraguai e o Brasil, criando focos de atritos capazes de provocarem desentendimentos posteriores, (no Centro Oeste).

g. Conclusão

A região Sul do Brasil seria ainda o palco de intensos e duradouros conflitos; as intervenções de 1811 e 1816 que culminariam com a incorporação da Província Cisplatina em 1821 e a independência do Uruguai em 1828.

Mas as lindes que atingiramos em 1801, haviam de permanecer praticamente inalteradas, embora violadas muitas vezes por pretenciosas incursões dos castelhanos e seus descendentes, os quais jamais deixaram de tramar inconformadas ambições sobre esta faixa de nosso território, conquistada pelo valor indomável de nossa gente.

X - ASPECTOS GERAIS DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL EM 1808

Em 1808, quando se instalou, no Brasil, o Governo Português, transladado de Lisboa, em face da invasão das forças francesas, existiam na Colônia onze Capitanias Gerais e seis Capitanias Subalternas.

As Capitanias Gerais eram as seguintes: Grão Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia de Todos os Santos, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro (residência do Vice-Rei), São Paulo, Ceará e Paraíba.

As Capitanias Subalternas eram as seguintes: São Jose do Rio Negro, vinculada à Capitania Geral do Grão-Pará; Piauí, vinculada à Capitania Geral do Maranhão; Rio Grande do Norte, vinculada à Capitania Geral de Pernambuco;

Espírito Santo, vinculada à Capitania Geral da Bahia de Todos os Santos; Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, vinculadas à Capitania Geral do Rio de Janeiro.

Somente depois da chegada de D. João VI passaram a gozar de autonomia as Capitanias de Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Depois da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido foram criadas duas Capitanias Gerais: Alagoas e Sergipe.

2. APRECIAÇÃO

Ao se iniciar o século XIX era essa a organização político-administrativa do Brasil Colônia. Nesta época, possuía já o Brasil uma população orçada em 3 milhões de habitantes, dos quais 50% era constituída de negros e o restante de mestiços e de brancos. De acordo com os limites definidos pelo tratado de Santo Ildefonso de 1777, cabia ao Brasil uma superfície de, aproximadamente, 8 milhões de km², o que, em termos de população, traduzia uma densidade de ocupação de cerca de 0,3 habitantes por km². Essa ocupação, no entanto, só era adensada na região litoral, mas se estendia desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul. No interior, estava habitada, apenas, a área de Minas Gerais; na região do Centro-Oeste já havia desaparecido o adensamento populacional provocado pelo aparecimento do ouro é que dera origem a cidades como Cuiabá e Vila Bela, agora já sem expressão. Estava pois habitado o Brasil. Mas era um povoamento ganglionar, disperso, apenas presente em todas as áreas de seu imenso-território. E esta população falava à mesma língua, tinha a mesma religião e uma tradição comum.

Embora precariamente, as diferentes áreas da Colônia estavam ligadas umas às outras. O Centro-Sul ligava-se, por mar e por teira, à região sul; ligava-se ao Centro-Oeste por vias fluviais e terrestres; pelo S. Francisco alcançava o Nordeste. Por meio do Parnaíba e do Itapicuru atingia-se a região de São Luís, partindo-se do Nordeste. Do Amazonas, via Madeira, Guaporé e Paraguai, atingia-se a região Centro-Oeste. Havia, portanto, um mínimo de circulação política e social na Colônia.

Esses elementos contribuíram para a unidade da Colônia e davam ao Brasil possibilidades de, ao se emancipar, herdar este território e esta população, enfim, constituir-se em Estado, tendo por base este imenso trabalho de 300 anos. Poderia, pois, o Brasil, constituir-se num imenso Estado, como ocorreu. Mas poderia, também, fragmentar-se. E para isso, contribuiriam elementos negativos que germinaram e cresceram ao longo do processo “colonial, relacionados com a imensidão territorial, com a diversificação das regiões naturais, com atividades econômicas diferenciadas. Podem distinguir-se nessa época quatro comunidades, com tendência e características próprias, capazes de provocar o fracionamento da unidade colonial, quando irrompesse o movimento emancipacionista. Vejamos de per si cada uma dessas comunidades e caracterizemos suas tendências:

a. Comunidade Canavieira, ligada à Comunidade Pastoril do Nordeste

Geograficamente, essa comunidade se assentava no território compreendido entre o Recôncavo, na Bahia, e a área do Rio Grande do Norte. Estava balizada pelos engenhos e áreas de cultivo de cana, no litoral, e pelas inúmeras fazendas de criação de gado, no interior. As Sociedades Canavieira e Pastoril possuíam uma elite, representada, de um lado, pelos senhores e, de outro, pelos fazendeiros. A elite definida pelo senhor de engenho, no entanto, se diferenciava e se sobrepunha à elite de fazendeiros criadores de gado, pois tinha poder político, poder econômico, prestígio social e experiência militar. Tinha sido trabalhada, em virtude de suas atividades econômicas, por um profundo espírito de regionalismo. Estava ligada àquela área e pouco conhecimento tinha do que se passava no restante da Colônia. Via os problemas políticos em termos locais. Esta comunidade tinha todas as possibilidades de se emancipar e de se transformar num Estado, o Estado Nordestino. Um comprovante dessa possibilidade nos seria mostrado posteriormente através dos movimentos insurrecionais havidos, como as Revoluções de 1817 e 1824, por exemplo.

b. Comunidade do Centro-Sul

Esta comunidade é tão antiga quanto a primeira, mas sofreu uma evolução diferente. Inicialmente, ela foi a sociedade bandeirante, foi uma sociedade nômade, pobre e rústica, mas dispondo de poder e experiência militares. Com a descoberta do ouro, à sociedade bandeirante sedentariza-se, enriquece, ganha prestígio econômico, político e social, e começa a constituir-se uma elite, que se ergue em paridade com a elite nordestina, mas com uma outra visão sobre os problemas políticos. Era uma visão mais larga, talvez devido à tradição bandeirante - via o Brasil como todo o território colonial. Nela se inoculara à tendência para a constituição de um único Estado, não em termos regionais, mas à base de toda a obra colonial. Exemplo disso tivemos na Inconfidência Mineira, movimento emancipador, que visava a criar uma república, que envolvesse não apenas a área de Minas ou mesmo da região Centro-Sul mas de todo o Brasil. Nota-se, perfeitamente, a presença dessa elite no movimento de Independência, orientando-o sempre em termos gerais, nacionais e nunca em termos regionais.

c. Comunidade do Norte

Geograficamente, esta comunidade se assenta no território que vai, do Ceará, ao Oiapoque, incluindo a sociedade extrativa do extremo norte. Essa comunidade se formou com base na produção agrícola e na produção de especiarias; era uma comunidade pobre. Além de não possuir o poder econômico, não tinha também expressão política, nem poder e experiência militares. Esteve durante largo tempo, justamente o de sua formação, ligada à Metrópole, através do Estado do Maranhão que, até sua extinção, foi interdependente do restante da Colônia. A sociedade do Norte não tinha pois, por si só, condições para tornar-se independente. Permaneceria ligada à Metrópole ou seria submetida pelas outras comunidades.

d. Comunidade do Sul

Ainda estava, na época, em formação e apresentava dois aspectos distintos. Havia o núcleo costeiro, onde predominava o que se chamou “continentino” e havia um núcleo no interior, o platino. No litoral, na faixa que se estende de Laguna até a Coxilha Grande, se estabeleceram os portugueses, que tinham descido da região de Laguna e do Rio de Janeiro, para promover a defesa da terra. Com o mesmo objetivo, estabeleceram-se ao sul do Canal do Rio Grande os espanhóis que tinham subido, desde a região de Buenos Aires. A colonização dessa área se realizou e foi consolidada em função de necessidades militares. Nela havia, pois, organização política, disciplina e forte sentimento da nacionalidade luso-brasileira. O grupo “platino”, que habitava o interior, se formara sob influências portuguesa e espanhola e ainda não havia se definido. Essa comunidade pastoril poderia se tornar portuguesa, espanhola ou, mesmo, adotar uma solução de autonomia própria, segundo as tendências, que se fossem avolumando ao longo de sua formação, ainda incompleta.

e. Conclusão: no caso de emancipação, o Brasil poderia constituir-se:

- em dois Estado ou
- em apenas um Estado.

Os dois Estados estariam assim definidos: um pela “Comunidade do Nordeste”, a que fosse agregada a Comunidade ou Área do Norte. O outro baseado na “Comunidade do CentroSul”, a que fosse agregada a Comunidade ou Área do Sul. Esses mesmos dois Estados poderiam constituir-se ainda de modo diferente: o “Estado do Nordeste” com base na Comunidade canavieira e o “Estado do Centro-Sul”, ou seja, limitado pelas áreas de Minas Gerais e São Vicente. A “Área do Sul” poderia ser atraída para o estuário do Prata e integrar a Argentina ou o Uruguai. A “Área do Norte” poderia continuar, até o presente, na situação colonial, como ocorre com as Guianas.

Finalmente, os elementos positivos da Unidade brasileira poderiam ser fortalecidos por outras circunstâncias históricas que permitissem anular as tendências divisionistas dessas comunidades, atenuando, desta forma, os fatores desagregantes e estabelecendo a união. Seria pois a emancipação com base na herança colonial, ou seja, constituindo um único Estado. Foi o que, felizmente para nós, ocorreu.

Em 1808, a presença da “Coroa” na Colônia vem favorecer hipótese do Estado único. O processo da Independência sofreu um retardo mas foi enriquecido com novos aspectos que vão diferenciar a independência do Brasil e a independência das demais nações sulamericanas. O Brasil inicia o século XIX como sede do Governo Português e unificado em torno de um poder central. Antes de se tornar independente, era um Reino organizado e colocado em pé de igualdade política com Portugal. O Estado já existia. Bastava cortar o vínculo que o unia a Portugal.